



# AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Leisa Brasil

NOV 2020 • vol. 14 n. 4



## Diálogos e convergências entre Agroecologia e Feminismo

# Sumário

- 03** Agroecologia e Economia Feminista: novos valores para novos tempos
- 07** O caminho para a Agroecologia Feminista
- 10** A cozinha emergente: comida para a vida no Equador para fazer frente à Covid-19
- 14** O poder das redes de mulheres na promoção da Agroecologia na Índia
- 17** O potencial econômico da Agroecologia na Europa
- 18** É possível generalizar uma Agroecologia Feminista?
- 21** A ascensão dos movimentos de mulheres rurais na África do Sul
- 24** A ética do cuidado na pesquisa em Agroecologia: práticas do Sul do México
- 28** Agricultura de montanha nas mãos das mulheres
- 31** Por uma Agroecologia Feminista e reparadora
- 32** A Agroecologia na África tem um rosto feminino
- 36** Na cosmologia Maia, a Agroecologia alimenta o espírito da vida
- 39** Recuperando as economias alimentares indígenas
- 40** Promovendo a equidade por meio da Agroecologia em Uganda
- 43** Mudando o foco: da comida local a sistemas alimentares justos
- 44** Plantando Agroecologia e colhendo libertação das mulheres camponesas
- 48** Mulheres promovem Agroecologia e geram resiliência na região do Sahel
- 52** Em poucas palavras
- 54** Publicações

# Agroecologia e Economia Feminista: novos valores para novos tempos

Enfrentamos a mais crítica crise em nossa experiência planetária enquanto espécie. Ela resulta da combinação entre o acelerado esgotamento dos recursos naturais e o aumento sem precedentes das desigualdades sociais, fenômenos articulados que representam as duas faces de um sistema econômico globalizado e globalizante. É hora de resgatar formas de organização da vida social baseadas em cosmovisões e valores distintos do pensamento econômico dominante. A Agroecologia e o Feminismo têm papéis essenciais a desempenhar nesse resgate.

Janneke Bruil, Francois Delvaux, Assane Diouf, Rose Hogan, Jessica Milgroom, Paulo Petersen, Bruno Prado e Suzy Serneels

**A**gricultura e a alimentação industrializadas são elementos centrais da crise de civilização que atravessamos. Crise cujas consequências são bem conhecidas: deterioração dos solos e das águas, perda acelerada da biodiversidade, desmatamento, violação dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e indígenas, condições de trabalho inseguras e precarizadas (em algumas situações análogas à escravidão), precariedade de serviços públicos no mundo rural, agravos à saúde gerados pela má alimentação (combinação de obesidade e desnutrição) e concentração de riqueza e poder político.

O sistema capitalista, patriarcal e colonialista dividiu o mundo entre quem tem voz e quem é silenciado. Como resultado, mulheres, indígenas, negros, entre outros grupos foram subalternizados por séculos. O surto da Covid-19 amplifica, aprofunda e explicita essas desigualdades e injustiças.

Já é tempo de ouvir e aprender com outros modos de ser, de viver e de trabalhar, outras cosmovisões, formas alternativas de organização da sociedade baseadas em outros valores - precisamente aqueles que são desprezados no sistema político-econômico dominante.

Vivemos um momento de inflexão, uma verdadeira encruzilhada histórica. Os caminhos que tomarmos agora poderão nos conduzir à destruição ecológica e à anomia social ou a sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Esta edição da revista *Agriculturas: experiências em Agroecologia* apresenta relatos

e reflexões iluminadoras sobre o segundo caminho. Sistematizados nos diferentes continentes do planeta, os artigos evidenciam diálogos e convergências entre a Agroecologia e o Feminismo a partir de exemplos concretos da construção de economias regenerativas e redistributivas orientadas pela justa divisão do trabalho entre homens e mulheres, inclusive nas tarefas domésticas e de cuidados.

## Agroecologia: um novo contrato social e natural

Para responder adequadamente à crise estrutural em suas múltiplas dimensões (climática, econômica, alimentar, ecológica, sanitária, política), necessitamos que um novo *contrato social*<sup>1</sup>, baseado em valores como justiça, equidade e solidariedade, seja combinado com um novo *contrato natural*, estabelecido entre a comunidade humana planetária e os demais seres da Biosfera. Diante da crise estrutural que atravessamos, a Coalizão de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Solidariedade (CIDSE)<sup>2</sup>, a rede AgriCultures (rede internacional da qual a AS-PTA

<sup>1</sup> Refere-se ao ensaio político-filosófico elaborado no século XVIII por Rousseau. Partindo da ideia de que a complexidade alcançada pelas sociedades torna impraticável retornar *ao estado de natureza*, no qual os indivíduos relacionavam-se sem a necessidade de regulações legais e valores morais, o autor alega que somente mediante um contrato entre semelhantes torna-se possível construir as bases legítimas para a vida em sociedade. Ressaltamos aqui que esse contrato social não pode permanecer sem que voltemos a considerar a nossa integração na natureza enquanto espécie (Nota do editor).

<sup>2</sup> Organização que articula agências católicas de cooperação para o desenvolvimento da Europa e América do Norte (<https://www.cidse.org/>).



**Agricultor Ngurani Simon, de Katakwi, Uganda, e seu filho trabalhando em pomar de citrus durante as férias escolares.** Foto: Pelum Uganda

faz parte) e o Coletivo Cultivate!<sup>3</sup> concordam que a Agroecologia, pelo seu enfoque sistêmico e multidimensional, é a abordagem adequada para a transformação dos sistemas alimentares. Portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de práticas de manejo agrícola. Os Princípios da Agroecologia<sup>4</sup> sistematizados e divulgados pela CIDSE em 2018 enfatizam as dimensões socioculturais, ecológicas, econômicas e políticas da Agroecologia. Também em 2018, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) propôs um documento com os 10 Elementos da Agroecologia<sup>5</sup> orientadores da transição para sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis.

No relatório *Abordagens agroecológicas e outras abordagens inovadoras para a segurança alimentar e nutricional*<sup>6</sup>, divulgado em 2019 pelo Painel de Expertos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE, na sigla em inglês), o reconhecimento global da Agroecologia foi reiterado de forma patente. Hoje, diante da gritante fragilidade dos sistemas alimentares e agrícolas globalizados revelada pela pandemia, a Agroecologia mais uma vez apresenta-se como um enfoque indispensável para a construção de resiliência.

Ao promover a reconexão da agricultura com a dinâmica ecológica dos ecossistemas locais e ao encurtar as distâncias físicas e sociais entre a produção e o consumo de alimentos, as experiências agroecológicas apontam para a importância da construção de *geografias alimentares* baseadas em economias ecológica e socialmente regenerativas, socialmente equitativas, politicamente autônomas e democráticas. No lugar do produtivismo econômico voltado para a acumulação de capital, a economia da Agroecologia está ancorada em práticas de solidariedade social e cuidado com o ecossistema vivo. Isso inclui práticas orientadas para a reprodução social e ecológica, que sempre estiveram, e ainda estão, disseminadas na humanidade, mas foram deslegitimadas, invisibilizadas e até persegui-

das pelas instituições políticas. A reconstrução da governança justa e democrática dos sistemas agroalimentares enraizados em economias do cuidado é o que os movimentos agroecológicos vêm praticando e defendendo há décadas.

## Convergências entre Feminismo e Agroecologia

Agroecologia, soberania alimentar, economia solidária e feminismo são ao mesmo tempo enfoques analíticos e movimentos sociais alinhados ao objetivo de construir outras formas de ser e de estar no mundo a partir da reconfiguração das relações de poder na sociedade. O feminismo questiona as estruturas de poder estabelecidas pelo patriarcado que definem as relações sociais hegemônicas. Já a Agroecologia e a soberania alimentar questionam as estruturas de poder que controlam a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos. São teorias críticas e movimentos sociais que surgiram em resposta às injustiças sociais e à destruição ecológica geradas pelo capitalismo e pelo patriarcado. O sucesso do agronegócio depende justamente da imposição política em favor de economias de escala e da industrialização da produção e do processamento dos alimentos. Uma imposição que expropria os povos do controle sobre sua alimentação e, em diferentes níveis, que reforça estruturas de subordinação das mulheres.

Em muitos países, as agricultoras produzem a maior parte dos alimentos. Mas poucas detêm a propriedade das terras que cultivam. Muitas não têm acesso a serviços públicos e carecem de direitos básicos de cidadania. A devastação de florestas, manguezais e outros ecossistemas silvestres para a expansão de áreas de cultivo representa a devastação de áreas onde as mulheres obtêm alimentos, medicamentos, fontes de energia. Esses ecossistemas são também fonte inesgotável de biodiversidade ainda não conhecida. As mulheres não só têm pouca voz na tomada de decisões, como seus conhecimentos tradicionais estão se perdendo rapidamente. Durante séculos, foram forçadas a assumir alguns trabalhos agrícolas, a preparação de alimentos e demais tarefas domésticas, de criação de filhos/as e cuidado com idosos/as. Especialmente nas áreas rurais, elas foram amplamente excluídas dos espa-

<sup>3</sup> O Coletivo Cultivate! reúne profissionais que integravam a equipe do ILEIA, antigo secretariado da Rede AgriCultures que encerrou suas atividades em 2017, após 30 anos de apoio à agricultura familiar e à Agroecologia. (<http://www.cultivatecollective.org>)

<sup>4</sup> Ver em [https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/PT\\_Os\\_Principios\\_da\\_Agroecologia\\_CIDSE\\_2018.pdf](https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/PT_Os_Principios_da_Agroecologia_CIDSE_2018.pdf)

<sup>5</sup> <http://www.fao.org/3/i9037es/i9037ES.pdf>

<sup>6</sup> <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>

ços políticos, de educação, de voto e até mesmo de livre socialização e de decisões sobre seus próprios corpos.

Na sociedade moderna, o que é considerado *produtivo* é visto como aquilo que se traduz em dinheiro e contribui para o crescimento econômico. No entanto, essa produtividade só é viável se for sustentada por um trabalho *reprodutivo*, que inclui cozinhar, limpar, lavar roupas, comprar ou cultivar alimentos, cuidar, apoiar emocionalmente e o trabalho de alimentar a comunidade. Essas tarefas costumam ser atribuídas às mulheres. Apesar do aumento da igualdade de gênero no mundo, esses trabalhos permanecem sendo invisibilizados e subestimados pelo sistemas econômicos e culturais dominantes.

Nesse sentido, a perspectiva feminista de transformação social vai além da luta por igualdade de gênero. Uma perspectiva feminista da Agroecologia significa não só criar espaços para que as mulheres tenham pelo menos as mesmas condições e direitos que os homens, mas também reavaliar o trabalho reprodutivo que as mulheres fazem e reconhecê-lo como parte fundamental não só da economia, mas do bem-estar das famílias, de suas comunidades e, por extensão, de toda a sociedade. Uma perspectiva feminista da Agroecologia também implica que os homens assumam mais responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Na Agroecologia feminista, valores como relações de confiança, reciprocidade, solidariedade e cuidado devem orientar a organização dos sistemas alimentares. Por essa razão, além de reconhecer que as mulheres detêm conhecimentos e saberes fundamentais para a Agroecologia, muitos militantes dos movimentos agroecológico e pela soberania alimentar incorporaram o feminismo como um elemento inalienável da luta por um sistema alimentar global justo e sustentável.

## Experiências inspiradoras

Nesta edição da revista *Agriculturas*, apresentamos valiosas experiências vividas por homens e mulheres em todo o mundo. Lutar contra a invisibilidade das práticas econômicas solidárias, cooperativas e de cuidado com outras pessoas e com os ecossistemas é um desafio central para a construção da Agroecologia. A articulação de redes e movimentos é um fator crucial da mudança. Na Bolívia (p. 28), mulheres camponesas desempenharam um papel fundamental na recuperação das variedades locais de batata, o que mostra como suas capacidades inovadoras podem ser reforçadas quando elas se unem. Da mesma forma, no caso da Índia (p. 14), redes de mulheres desenvolveram novas práticas econômicas, garantiram o acesso à terra, aprimoraram técnicas agroecológicas e criaram cooperativas lideradas por mulheres. Como argumentam Jan Douwe van der Ploeg e Janneke Bruil (p. 17), mesmo na Europa é muito importante trazer à luz o trabalho muitas vezes invisibilizado das mulheres camponesas, uma vez que

o conhecimento e as habilidades delas são cruciais para tornar a Agroecologia economicamente viável.

Após décadas de trabalho na região africana do Sahel, as autoras do artigo da página 48 destacam que a principal lição que fica é que o fortalecimento do papel econômico e político das mulheres é possível por meio da abordagem agroecológica, desde que acompanhado por melhores níveis de nutrição e por metodologias de ação explicitamente voltadas a favorecer a inclusão de membros marginalizados da comunidade nos processos.

De fato, para que projetos orientados pela perspectiva agroecológica evitem a reprodução de padrões de exclusão e de injustiça de gênero, é necessário um trabalho incisivo na construção de redes, baseadas na solidariedade e em alianças com pessoas de diferentes origens, refletem autores do Centro de Agroecologia, Água e Resiliência do Reino Unido (p. 43). Nas palavras de Rachel Bezner Kerr (p. 31), se queremos uma Agroecologia feminista, *devemos considerar a justiça social como elemento central*.

Mas como promover isso? Como mostram as experiências apresentadas nesta edição, é fundamental que as agricultoras comecem por uma reflexão sobre suas realidades e condições cotidianas. Isso pode servir como um catalisador para enfrentar as desigualdades geradas pelo patriarcado e pelo agronegócio. Em Uganda (p. 40), uma metodologia específica que utiliza elementos visuais e combina questões de gênero e Agroecologia foi usada para aumentar a conscientização visando alterar a divisão (desigual) de tarefas entre homens e mulheres. Em entrevista, a ativista queniana pela justiça alimentar Leonida Odongo (p. 32) explica como uma reflexão crítica sobre o impacto dos agrotóxicos estimulou as mulheres a desenvolverem alternativas como compostagem, repelentes naturais de pragas e biofertilizantes. Já no caso do Movimento das Mulheres Camponesas no Brasil (p. 44), tais reflexões serviram de base para incentivar as mulheres a se unirem para elaborar e defender políticas públicas.

No entanto, o envolvimento com a política pode ser um caminho tortuoso e arriscado para as mulheres. Experiências de fortalecimento e disseminação da Agroecologia (p. 18) evidenciam como esse processo fica sujeito à cooptação e pode excluir as mulheres que foram as pioneiras no protagonismo das iniciativas agroecológicas. A história da Assembleia das Mulheres

**O envolvimento dos homens em atividades de cuidado e em tarefas domésticas ligadas à alimentação é condição para a construção de sociedades mais justas** Foto: Janneke Bruil





**Agroecologia, soberania alimentar, economia solidária e feminismo são movimentos alinhados a valores emancipatórios para as mulheres.** Foto: Cenda, Bolívia

Rurais da África do Sul (p. 21) sugere que o risco de cooptação pode ser bastante reduzido quando a Agroecologia é assimilada não apenas como uma prática, mas como um movimento orientado por demandas fundamentais, incluindo aquelas que buscam ampliar espaços de liderança das mulheres, estabelecer formas horizontais de colaboração e incorporar perspectivas que enfatizam o cuidado, e não o lucro.

A centralidade do cuidado na Agroecologia feminista é também destacada em outros artigos. Iniciativas de abastecimento alimentar no Equador (p. 10) mostram que as mudanças de poder não surgem somente ao tornar a produção mais agroecológica. É também necessário cultivar relações de afeto entre as pessoas e seus alimentos, especialmente em tempos de Covid-19. Acadêmicos no México (p. 24) relatam um caso semelhante no meio científico, demonstrando que o conhecimento agroecológico não deve se concentrar apenas na teoria abstrata, mas também em experiências concretas e relações de cuidado entre pesquisadores, camponeses e povos indígenas.

Conforme explicado pelos autores dos artigos sobre a Rede Nacional de Defesa da Soberania Alimentar na Guatemala (Redsag) (p. 36) e a Aliança Americana Nativa para a Soberania Alimentar (Nafsa, na sigla em inglês) (p. 39), essas éticas transcendentais que primam pelo cuidado com os outros e com a natureza costumam ser intrínsecas às cosmovisões indígenas. Essas visões de mundo inspiram a construção de uma Agroecologia feminista e a revalorização do trabalho das mulheres agricultoras no presente.

## Promovendo a mudança

Os artigos apresentados nesta edição permitem vislumbrar como a Agroecologia, enquanto inspiração para a elaboração de um *novo contrato socioecológico* baseado na justiça, na equidade, na solidariedade e na harmonia com a natureza viva, está se desenvolvendo por meio de experiências concretas em diferentes partes do mundo. É preciso avançar nessas experiências para que maiores capacidades de incidência política sejam construídas e que sejam dadas respostas adequadas à crise estrutural de uma sociedade que caminha para o colapso. A pandemia da Covid-19 nos mostra o valor e a importância de sistemas agrícolas e alimentares resilientes e diversos, baseados na ética feminista de cuidado e solidariedade.

Em todo o mundo, as pessoas que produzem seus próprios alimentos ou que integram redes territoriais de produção e abastecimento alimentar estão muito menos vulneráveis do que as que dependem exclusivamente de mercados e cadeias de valor globalizadas. Há mundialmente uma redescoberta do prazer da comida caseira, valorizando os alimentos frescos e saudáveis, produzidos localmente, em detrimento da comida ultraprocessada encontrada nas prateleiras de supermercados. As organizações de agricultores rapidamente estabeleceram sistemas de entrega direta. Novas relações urbano–rurais foram forjadas para combater a fome nas cidades e nas áreas rurais e para salvar as pequenas empresas atuantes no ramo do varejo de alimentos. Mesmo diante dessa realidade, muitos governos deixam de apoiar essas iniciativas construídas a partir do protagonismo social. Com isso, em vez de aprendermos com as experiências sociais, corre-se o risco de que a pandemia contribua para consolidar ainda mais o poder das corporações sobre os sistemas de produção e abastecimento alimentar.

Portanto, apesar da criatividade das pessoas no enfrentamento aos efeitos da pandemia, é patente a inadequação das medidas públicas que continuam dependentes do *status quo* político e econômico. As economias não podem continuar a ser organizadas como se as pessoas fossem força de trabalho barata e os ecossistemas fontes inesgotáveis de recursos e sumidouros infinitos de resíduos. Temos que lutar pela transformação das sociedades para que elas voltem a se integrar organicamente nas dinâmicas ecológicas do planeta.

Para que a Agroecologia seja efetivamente assumida como um enfoque orientador das transformações socioecológicas necessárias e urgentes, é preciso que seja incorporada em íntima associação com valores sociais e perspectivas analíticas defendidas pelo feminismo. A pandemia surge nesse momento como um teste de surpresa para nossas instituições políticas. Assumirão elas esses valores e perspectivas a fim de promover as mudanças que o nosso tempo histórico nos exige?

Os autores compõem a equipe editorial desta edição especial da revista *AgriCultures: experiências em Agroecologia*.

**Pela Rede AgriCultures:** Paulo Petersen e Bruno Prado (AS-PTA, Brasil) e Assane Diouf (IED Afrique, Senegal).

**pela CIDSE:** Francois Delvaux (CIDSE), Rose Hogan (Trocaire) e Suzy Serneels (Broederlijk Delen).

**Pelo Cultivate !:** Janneke Bruil e Jessica Milgroom.

email de contato: [paulo@aspta.org.br](mailto:paulo@aspta.org.br)



Foto: Silvio Moriconi

O caminho para a

# Agroecologia feminista\*

Agroecologia, soberania alimentar e feminismo são conceitos que, juntos, apontam para uma perspectiva nova e crítica sobre alimentação e agricultura. Eles podem nos ajudar a entender o mundo para transformá-lo. Mas o que exatamente significam? E o que podemos fazer? Neste pequeno artigo, apresentamos três proposições críticas.

Marta Soler Montiel, Marta Rivera-Ferre e Irene García Roces

**S**oberania alimentar, Agroecologia e feminismo são frequentemente associados a lutas políticas complexas. Alguns desses termos fazem parte das nossas vidas diárias e outros estão mais distantes. Os três conceitos representam uma variedade de propostas políticas, especialmente quando tomadas em conjunto. Muitas vezes, eles se deparam com as realidades cruéis. Embora possamos almejar viver em um mundo fundado na soberania alimentar construída com base em uma Agroecologia feminista, vivemos cercados pela agricultura industrializada e por alimentos globalizados em um mundo capitalista e patriarcal. Essas são as contradições que precisamos superar.

\* Esta é uma tradução resumida de um artigo publicado originalmente em espanhol na *Revista de Soberania Alimentaria, Biodiversidad y Culturas*, em 29/05/2019.

**Quão feminista é a soberania alimentar?** O termo *soberania alimentar* nasceu na Via Campesina como um conceito alternativo à globalização agroalimentar. É definido como o direito dos povos de decidir e controlar seus alimentos de maneira autônoma por meio da Agroecologia camponesa. A Agroecologia, por outro lado, é uma alternativa à Revolução Verde que recupera e se baseia no conhecimento tradicional, faz o manejo da biodiversidade com sabedoria e arte e integra aspectos sociais e ecológicos à produção de alimentos. Além disso, a Agroecologia confere autonomia a agricultores e agricultoras, justamente por ser colocada em prática por meio do uso do conhecimento e do saber fazer de quem planta, cultiva e produz alimentos.

A justiça social, tanto para quem produz alimentos como para quem os consome, sempre esteve no cerne da soberania alimentar. Poderíamos pensar, portanto, que a igualdade de gênero também está implicitamente presente, e que a soberania alimentar e, por extensão, a Agroecologia camponesa são feministas. No entanto, as mulheres da Via Campesina precisaram criar sua própria assembleia dentro da organização para lutar por participação e para garantir que o feminismo fosse assumido como uma questão que diz respeito a todos. Como o patriarcado permeia nosso mundo e norteia nosso modo de vida, corremos o risco de construir uma soberania alimentar e uma Agroecologia patriarcais. Isso porque ainda é muito comum

a idealização da agricultura familiar, da cultura das comunidades rurais e indígenas e do saber culinário, sem que sejam questionadas as relações de gênero profundamente desiguais que se escondem nas famílias, unidades produtivas, comunidades e cozinhas.

Frequentemente, as mulheres permanecem sendo invisibilizadas ou consideradas *ajudantes* e não protagonistas da transição agroecológica. Quando as camponesas ganham destaque na Agroecologia, na produção ou na comercialização, costumam receber elogios. Mas nada se fala da sobrecarga de trabalho que sofrem para realizar o que fazem? Como conseguem negociar a divisão das tarefas domésticas para não se submeterem à exaustão ao se empenharem em participar da vida pública e econômica? Na verdade, às vezes caímos na armadilha de querer tornar visível o trabalho das mulheres e acabamos glorificando as responsabilidades femininas tradicionais sem exigir uma divisão justa do trabalho.

### Uma vida que vale a pena viver

Garantir e demonstrar a viabilidade econômica da Agroecologia é uma prioridade. Hoje é muito difícil viver no campo, com meios de subsistência rurais caracterizados pela insegurança no emprego, falta de salários dignos, baixos benefícios, direitos trabalhistas mínimos e cargas de trabalho pesadas. As mulheres são desproporcionalmente sobrecarregadas nesse contexto. Além de serem ativas em iniciativas agroecológicas, muitas vezes elas têm outros trabalhos remunerados e se

## As raízes da Agroecologia feminista

Embora as lutas das mulheres por resistência e autonomia sejam atemporais, a formulação política do feminismo tem raízes ocidentais. É com o impulso do liberalismo e do capitalismo na Revolução Francesa, no final do século XVIII, que são forjados os direitos individuais e coletivos em uma nova sociedade baseada no mercado, em um contexto de propriedade privada. O poder político se autoproclama democrático, com o estabelecimento do direito de voto e da representação parlamentar. No entanto, esses novos direitos eram reservados apenas para os homens. Foi nessa época que o conflito de gênero foi explicitado. O patriarcado, que concebe a mulher como ser inferior e a serviço do homem, foi então revelado.

No entanto, essa noção tem um viés urbano, industrial e ocidental marcante. Nas décadas de 1960 e 1970, as vozes das mulheres afro-americanas ganharam força e muitas denunciaram o discurso dominante sobre o feminismo, que havia sido construído exclusivamente a partir das experiências das mulheres brancas ocidentais de classe média. Essas vozes foram seguidas por mulheres racializadas, indígenas e camponesas de

todo o mundo que haviam sofrido com a dominação colonial. A partir de suas experiências e visões de mundo, elas geraram suas próprias análises e propostas políticas feministas emancipatórias.

O que hoje chamamos de interseccionalidade passou a ser visível, o que nada mais é do que o cruzamento dos eixos de dominação: classe, etnia, orientação sexual, religião, idade e gênero. Além disso, mulheres de diferentes partes do planeta começaram a construir o chamado ecofeminismo, denunciando o viés antropocêntrico do feminismo dominante que não questiona a apropriação e a destruição da natureza e da vida não humana que nos sustentam. Recentemente, surgiram correntes da chamada economia feminista de ruptura que começaram a formular propostas para construir uma economia não capitalista orientada pela ética do cuidado, que coloca a vida no centro de tudo.

Para nós, o ecofeminismo que se alia ao feminismo pós-colonial e à economia feminista de ruptura é o tipo de feminismo que alimenta a Agroecologia.

dedicam às atividades do cuidado. Portanto, é importante estabelecer projetos agroecológicos realistas que proporcionem uma remuneração decente e vidas dignas.

Estamos contaminados pelo machismo e reproduzimos a violência, as relações de poder desiguais e os papéis tradicionalmente atribuídos a cada gênero. Você sabe como lidar com conflitos e emoções em projetos agroecológicos? Na verdade, as relações patriarcais permanecem presentes no mundo rural e no urbano, inclusive nas iniciativas agroecológicas. Perceber e agir contra isso implica fazer com que a prioridade seja repensar constantemente como lidar com essas relações e a violência inerente a elas.

Questões que devem ser centrais para quem está construindo uma Agroecologia feminista são:

1. Como construir iniciativas agroecológicas que coletivem os trabalhos de cuidado?
2. Como obter uma renda digna para o campesinato e ao mesmo tempo manter os preços acessíveis para consumidores de baixa renda?

**O que fazer** Propomos aqui algumas ideias sobre o que fazer, embora saibamos que tanto os diagnósticos quanto as propostas de ação e mudança devem ser construídas coletivamente.

• **Valorizar todos os tipos de trabalho** Pensamos que um primeiro passo é reconhecer, explicar e enfrentar o fato de que os trabalhos e papéis que as mulheres tradicionalmente desempenham, tanto na produção agrícola como nas cozinhas, nas casas, nas famílias, nas comunidades e nos territórios, são considerados como de menor valor do que os que os homens realizam. A valorização social do trabalho da mulher deve envolver também uma distribuição igualitária de tarefas, tornando o cuidado uma responsabilidade coletiva de toda a sociedade, e não uma exclusividade das mulheres. Essa proposta implica, portanto, uma divisão justa dos trabalhos de cuidados.

• **Questionar as relações de poder** Um segundo passo essencial é questionar as relações de poder dentro da família e romper com a idealização da *família camponesa*, a fim de confrontar e mudar as relações patriarcais.

Uma transição agroecológica feminista deve ser acompanhada por mudanças nas relações e nos papéis de homens e mulheres em seus lares, construindo novas formas de convivência. Isso, aliado à distribuição igualitária do trabalho de cuidado, permitiria às mulheres conquistar alguns dos espaços atualmente ocupados por homens.

• **Resolver a falta de tempo por meio da construção de redes** Um terceiro passo é forta-



**Não podemos assumir que a Agroecologia é intrinsecamente feminista. É necessário lutar por essa construção.** Foto: Enda Pronat

lecer e desenvolver redes e parcerias com indivíduos e grupos, tanto na agricultura quanto no cuidado de crianças ou outras pessoas. Isso ajudará a resolver a falta de tempo imposta pelos *ritmos produtivistas* às comunidades rurais. A realização de planejamentos conjuntos, a colaboração e o engajamento no trabalho coletivo podem facilitar o cuidado e a participação na vida da comunidade. Isso pode assumir várias formas: cozinhar, organizar uma dieta adaptada a cada estação, estar em um grupo de consumidores ou fazer campanhas para incorporar alimentos orgânicos nas cantinas das escolas. Isso pode economizar tempo para, por exemplo, conservar sementes, cultivar a horta, cuidar de animais ou processar alimentos, sem que isso represente aumento na jornada de trabalho.

Essas ideias são baseadas no pensamento do ecofeminismo e do feminismo decolonial, que colocam a comida no centro de nossa sociedade. Nessa abordagem, tanto o trabalho na produção agrícola quanto o trabalho doméstico e de cuidados são considerados essenciais para a vida, deslocando, portanto, a atual centralidade dos mercados. Para nós, faz todo o sentido prosseguir com essa proposta radicalmente democrática. Acreditamos que esse é o caminho mais promissor para a Agroecologia feminista e a recampesinização de que precisamos para conquistar a soberania alimentar de todos os povos.

**Marta Soler Montiel**, Professora de Economia Agrária na Escola Técnica Superior de Engenharia Agrônoma na Universidade de Sevilha. [msoler@us.es](mailto:msoler@us.es)

**Marta G. Rivera Ferre**, Diretora da Cátedra de Agroecologia e Sistemas Alimentares da Universidade de Vic - Universidade Central da Catalunha, membra do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

**Irene García Rocés**, Integrante do Coletivo Varagaña Gênero e Agroecologia em Astúrias e co-coordenadora do núcleo de gênero do programa de Mestrado em Agroecologia na Universidade Internacional de Andaluzia.



Foto: Marcelo Aizaga

# A cozinha emergente:

*comida para a vida* no Equador para fazer frente à

# Covid-19

As contradições entre a *masculinidade* altamente racional, mercantilizada e competitiva dos alimentos industriais e a preocupação feminista com a vida tornaram-se cada vez mais evidentes no Equador durante a pandemia da Covid-19. Enquanto isso, um número crescente de famílias se inspira no programa *Cozinha Emergente*, criado por um conjunto de movimentos sociais que utiliza a cozinha como espaço de encontro e reconstituição da possibilidade de se produzir e consumir *comida para a vida*<sup>1</sup>.

Eliana Estrella, Marcelo Aizaga e Stephen Sherwood

**C**om o tempo, nós e outras pessoas envolvidas em movimentos sociais muito ativos no Equador passamos a entender que os alimentos não são apenas um pacote de nutrientes ou uma mercadoria, mas sim um elemento essencial para criar e manter relações. Em outras palavras, o alimento gera *afeto*. Após 75 anos de industrialização de alimentos e de seus impactos nefastos bem documentados, nós e nossos parceiros do *Coletivo Agroecológico* - uma rede de atores envolvidos na agricultura e na alimentação saudável, sustentável e socialmente justa (o que chamamos de *comida para a vida*) - buscamos a feminização radical dos alimentos. E o que isso significa?

**A feminização da comida** Como explica a pesquisadora bióloga feminista Donna Haraway, a história mostra o perigo de uma política de identidade reducionista (ou seja, reduzir o mundo da experiência humana a lutas de poder relacionadas a sexo, raça ou classe social), que fundamenta grande parte do discurso do feminismo sem valorizar a importância da diferença, definida pelas preferências, criatividade e talento de cada pessoa. Por exemplo, ativistas da Agroecologia comumente caracterizam os problemas da *modernização* agrícola e da industrialização dos alimentos como o produto de um *sistema* distante e parte de uma batalha histórica entre uma classe camponesa marginalizada e os consumidores de elite urbanos. Essa forma de ver o problema é em parte verdadeira. Por outro lado, pode criar a sensação de frustração e desesperança na busca por alternativas já que as soluções possíveis seriam inacessíveis às pessoas comuns.

Inspirados por Haraway, percebemos que podemos ser agentes de uma mudança mais imediata e concreta de onde temos maior acesso e influência: dentro de casa, no bairro e na comunidade. Por isso, insistimos com aqueles que estão ansiosos por mudanças que comecem com uma reflexão sobre sua própria atividade, enquanto pessoa que come e, portanto, está envolvida na constituição e na estruturação do atual estado de coisas - para o bem ou para o mal.

De acordo com Haraway, quando *nós* fazemos um chamado em nome de uma certa identidade podemos acabar reforçando a mesma história de violência e segregação, a qual os ativistas querem combater. Em vez disso, Haraway faz um apelo à união e à intersubjetividade: à *afinidade*, entendida como o estado das relações de alguém com outras pessoas, bem como entre as pessoas e o meio ambiente, neste caso, o grau de bem-estar sociobiológico gerado na e por meio da prática agroalimentar de cada um. Não é que a política de identidade seja errada, Haraway explica. A questão é que, ao perpetuar uma divisão entre nós e eles, as pessoas diferentes podem vir a negligenciar sua semelhança e interdependência com outras. Em outras palavras: ao traçar linhas em torno de grupos de pessoas, perdemos o acesso a aliados em potencial e suas experiências, percepções e recursos.

Os movimentos populares alimentares no Equador, dos quais fazemos parte, há muito abraçaram a *afinidade* dos alimentos. No contexto da Covid-19, enfrentamos novos conflitos com a indústria de alimentos e seus aliados estatais e corporativos, mas também em nossas próprias famílias, bairros e comunidades. Resumimos aqui alguns elementos da controvérsia em torno à alimentação que emergiram em função da pandemia no Equador. Apresentaremos em seguida a *Cozinha Emergente* - uma resposta de milhares de famílias de diferentes estilos de vida, mas que compartilham um interesse comum em formas mais saudáveis, socialmente mais justas e sustentáveis de viver e de ser por meio da alimentação.

**A resposta oficial à Covid-19** Com a eclosão de casos do novo coronavírus em Guayaquil, o Equador entrou em um regime de restrições de mobilidade e medidas de proteção pessoal, incluindo distanciamento social, uso obrigatório de máscaras e uma quarentena sem precedentes. A partir de 13 de março, as pessoas só podiam circular em público uma vez por semana para obter alimentos ou atendimento médico. Foi imposto um toque de recolher das 14h às 5h da manhã nos dias de semana e durante o dia todos nos fins de semana.

<sup>1</sup> Para mais informações, acesse [www.quericoes.org](http://www.quericoes.org). Também é possível ouvir um programa do Cozinha Emergente (em espanhol) em [https://www.facebook.com/pg/quericoescomersano/videos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/quericoescomersano/videos/?ref=page_internal)

## AGROECOLOGIA E FEMINISMO > COMIDA PARA A VIDA

Essas medidas não levaram em consideração a importância de assegurar um nível mínimo de alimentação familiar, de cuidados de saúde e de fortalecimento do sistema imunológico, fundamentais para a resistência às doenças. O Comitê Nacional de Operações de Emergência inicialmente limitou o fornecimento de alimentos às empresas privadas. Embora forneçam quase 70% dos alimentos frescos do Equador, os agricultores familiares não tinham os documentos necessários para vender seus produtos ao público. Apesar do risco de contágio em espaços fechados, o governo forçou a interrupção de mercados de rua, bem como de todos os mercados e feiras agroecológicas.

A baixa capacidade das famílias de cuidar de sua própria nutrição, alimentação e corpo foi negligenciada. Em vez disso, as políticas incentivaram continuamente o consumo de alimentos ultraprocessados, supostamente seguros, comprados em supermercados, menosprezando a crescente preocupação com uma pandemia ainda pior ligada à alimentação industrial: o sobrepeso e a obesidade, fatores associados ao aumento do risco de letalidade da infecção por Covid-19. Em suma, a resposta oficial do Estado à crise alimentar provocada pelo confinamento absoluto foi: *confiem em nós, pois nós vamos nos encarregar de fornecer o que vocês precisam.*

Diante de um governo que negligenciava as relações diretas produtor-consumidor, as famílias e os bairros precisavam encontrar suas próprias soluções. E isso não foi fácil. Apresentamos na sequência dois exemplos de desafios para ter acesso a alimentos frescos e saudáveis, mesmo nas áreas rurais fora da cidade, por meio das histórias de Erlinda e Paul.

### Dependência e vulnerabilidade em zonas periurbanas: a história de Erlinda e Paul

As pessoas consideram normal que haja dependência alimentar nas cidades. Mas ficam surpresas ao saber que isso se tornou um problema comum nas áreas rurais. A propriedade agrícola de Erlinda fica perto de Quito, capital do Equador. Embora viva em uma comunidade cercada por áreas rurais, hoje a maioria de seus vizinhos deixou para trás a produção de alimentos para ir trabalhar na indústria de exportação de flores, na construção, como domésticas ou em maquiladoras de roupas.

Erlinda explica que essa situação criou uma grande dependência em meio a sua vizinhança:

*O que mais gosto na minha propriedade é a diversidade de raízes, tubérculos e grãos andinos que cultivo, assim como meu banco de sementes. Eu também cultivo vegetais para consumo próprio. Quando fomos forçados a entrar em quarentena, os vizinhos que não estavam envolvidos no plantio acabaram com sua despensa vazia. Eles começaram a entrar em pânico e vieram me procurar por comida...*

Paul, por sua vez, é um francês idoso que vive há mais de trinta anos nos Andes. Por preferir o ar puro do campo, ele escolheu viver em uma comunidade periurbana do povo indígena Kitukara. Como tem mais de 55 anos, a política do governo não permitia que ele saísse de casa. No início, ele não se preocupou:

*Tínhamos luz, água potável, internet boa e muito espaço. Achei que poderia comprar tudo o que precisava [na comunidade]...*

No entanto, após a primeira semana, Paul percebeu rapidamente que as prateleiras dos mercados locais não tinham mais alimentos frescos.

*Não havia vegetais, nem frutas, nem ovos. Havia apenas macarrão, enlatados e comida não saudável. Naquele momento, percebi que, apesar de morar em uma comunidade de língua indígena, as pessoas não produziam mais nada [de alimentos]. Éramos tão vulneráveis quanto as pessoas [na cidade] cercadas de concreto.*

Em ambos os casos, os vizinhos escolheram viver na zona rural, mas ganhavam a vida na cidade. As pessoas pararam de cultivar batatas e milho, de criar porquinhos-da-índia e galinhas e de plantar e cozinhar suas próprias ervas e vegetais. Nesse processo, essas comunidades perderam o contato com suas sementes, animais e costumes. A vida deles era no campo em todos os sentidos, menos fisicamente. Em termos de abastecimento alimentar, tornaram-se dependentes do mercado e da vontade dos outros. Diante do recrudescimento da crise, era preciso fazer algo para ajudar as pessoas a começar a reconstruir sua soberania alimentar.

### A Cozinha Emergente: o despertar de pessoas que comem

Em resposta aos desafios alimentares enfrentados pelos moradores urbanos e rurais, o



Distanciamento social no mercado Carcelen, situado na região norte de Quito. Foto: Diana Cabascango

Coletivo Agroecológico e o Movimento de Economia Social e Solidária do Equador (Messe) uniram forças para resolver os problemas de produção, distribuição e compras de alimentos. Em particular, fizeram uso de uma série de plataformas de comunicação desenvolvidas ao longo dos últimos dez anos por meio de sua campanha conjunta para o consumo responsável: *QueRicoEs!* (*QueSaborosoÉ!*, em tradução livre).

O Coletivo Agroecológico e o Messe consideram fundamental a produção e a troca de alimentos para o fortalecimento da identidade, para a promoção da saúde e do bem-estar social das pessoas e para a conservação do meio ambiente. Defendemos a ideia de que, ao *comer bem*, em todos os sentidos, tanto os produtores como os consumidores podem cuidar coletivamente da saúde, da cultura e da natureza, avançando, dessa forma, em sua busca por soberania alimentar. Assim, o objetivo do *QueRicoEs!* não é apenas alcançar uma prática alimentar ética e responsável, mas também estabelecer as relações necessárias para que a produção de alimentos seja saudável para as pessoas e para a natureza.

No contexto da Covid-19, isso levou a uma série de respostas eficazes da sociedade civil, incluindo protocolos práticos de biossegurança, informações sobre o acesso a equipamentos de proteção individual e a serviços de diagnóstico remoto ou em laboratórios. Parceiros dos diferentes movimentos alimentares compartilharam sementes, equipamentos de irrigação e veículos que tinham autorização para circular em determinados dias. Criaram canais de comunicação para famílias em busca de maneiras específicas de acesso e de preparo de alimentos frescos e saudáveis. Também foram organizadas consultas gratuitas pela internet sobre horticultura urbana, nutrição para se proteger de doenças e culinária saudável, fermentação e armazenamento de alimentos.

Como parte desses esforços, começamos a experimentar uma série de debates públicos ao vivo na rádio e nas redes sociais, dando origem à *Cozinha Emergente*. O programa semanal consiste em conversas abertas entre pessoas que buscam alimentos saudáveis, como agricultores, donas de casa, cozinheiros profissionais e donos de mercados. A título de ilustração, gostaríamos de compartilhar uma conversa que aconteceu entre Michelle O. Fried, nutricionista e autora de livros bem populares de receitas, e Ibeth, uma dona de casa de Quito:

Ibeth: “Olá, boa tarde. Você poderia me dizer o nome dessa coisa?” [Ibeth então mostrou o balcão de sua cozinha sobre o qual repousava um objeto misterioso com aparência alienígena que a havia deixado perplexa.]

Michelle: “É bom experimentar algo novo e delicioso. É couve-rábano. É um repolho compacto, quase

sem folhas. Mas suas pequenas folhas superiores também são muito saborosas. Onde você conseguiu isso?”

Ibeth: “Encomendei uma cesta orgânica e recebi este produto. Mas eu não sei como prepará-lo.”

Michelle: “Uma forma pouco comum de prepará-lo, mas que eu adoro, é ralar o bulbo cru e adicionar vinagre com um pouco de óleo de gergelim torrado.”

Durante o programa, as pessoas compartilham suas experiências com pratos feitos com outros vegetais saborosos, pouco utilizados e inusitados, como agrião, maxixe-do-reino, chuchu, rúcula e cenoura branca. Michelle explica que esses vegetais pouco conhecidos e altamente nutritivos dos Andes, bem como de outras partes do mundo, têm sido cada vez mais substituídos por alimentos ultraprocessados, o que por sua vez compromete a saúde de famílias, bem como suas culturas alimentares. Nas palavras de Michelle, a resposta começa na cozinha: “A cozinha é onde a família é cuidada e protegida contra doenças”.

Apesar das preocupações e urgências trazidas pela pandemia e o confinamento social, os participantes do programa Cozinha Emergente perceberam que este é um momento para superar medos, expor o paladar a novos gostos e sabores e utilizar a experiência alimentar como um meio de lidar com a situação.

## **A afinidade da comida para a vida**

Como uma pessoa do público colocou durante o programa Cozinha Emergente: “Nosso objetivo após a pandemia não é voltar ao normal!” Buscamos algo mais.

Coerente com a cosmovisão andina, o feminismo radical entende a afinidade e o afeto de forma holística, contribuindo para o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sexo, raça ou nível de renda. Aplicada à agricultura e à alimentação, essa perspectiva busca contemplar as relações sociobiológicas decorrentes das interações entre seres humanos e entre estes e o meio ambiente.

Com a chegada da Covid-19, fomos impactados pela grande tragédia e tristeza de tantas de nossas famílias e vizinhanças acometidas pela doença e pelas mortes. Mas também encontramos a possibilidade de uma refeição preparada com o carinho e o cuidado para com a nossa coexistência. Ao proporcionar uma plataforma para as pessoas compartilharem uma afinidade pela culinária e pela alimentação saudável, sustentável e cultural e socialmente fortalecedora, a Cozinha Emergente contribui para a incorporação de uma prática que nutre a vida por meio da comida, em todas as suas maravilhosas expressões e diversidades.

**Eliana Estrella, Marcelo Aizaga e Stephen Sherwood**

Membros ativos na campanha *QueRicoEs!* do Messe e do Coletivo Agroecológico do Equador.  
sshewood@ekorural.org

# O poder das redes de mulheres na promoção da Agroecologia na Índia\*

Reportagem fotográfica de Soumya Sankar Bose e Amrita Gupta

**A**gricultura comercial industrializada tornou as mulheres agricultoras invisíveis em grande parte do Sul Global. A Índia não é exceção. Isso está mudando com as práticas do programa *Agricultura Natural de Orçamento Zero* (ZBNF, na sigla em inglês). Agora mais frequentemente chamadas de *agricultura natural gerenciada pela comunidade*, essas práticas já são empregadas por quase um milhão de estabelecimentos da agricultura familiar no país. As mulheres, com pouco acesso a crédito, terra ou sementes comerciais, tornaram-se suas maiores difusoras.

Por meio de suas redes comunitárias e seus grupos auto-organizados, as mulheres foram disseminando a Agroecologia de comunidade em comunidade. Com isso não apenas melhoram a alimentação e a renda de suas famílias, mas também a saúde do solo e seu protagonismo nos processos de tomada de decisão. Intrínseca às práticas agroecológicas disseminadas, a lógica feminista de organização do trabalho se contrapõe à dinâmica do mercado convencional. No entanto, a iniciativa também já gerou tensões e controvérsias políticas. Esta reportagem fotográfica destaca alguns aspectos dessa experiência.



**1** Sabíamos que era preciso ter um espaço para guardar nossas variedades nativas de sementes e transmitir o conhecimento tradicional da agricultura, que é agroecológico e que não agride a natureza, disse Chukki Nanjundaswamy, coordenadora do Amrita Bhoomi, centro camponês de formação em Agroecologia, perto de Bangalore, Karnataka. Como membro da Via Campesina, o centro oferece formações baseadas na abordagem de *agricultor a agricultor*, com foco na Agroecologia, nos direitos das comunidades camponesas, na soberania alimentar e na justiça social. Trata-se, portanto, de um espaço criado para provar que estilos alternativos de agricultura são possíveis.

\* Esta reportagem fotográfica foi baseada em visitas de campo e oficinas realizadas durante um intercâmbio de aprendizagem de uma semana em fevereiro de 2020, no sul da Índia, onde se reuniram quase uma centena de praticantes da Agroecologia, pesquisadores e gestores públicos de mais de 30 países.



2

**2** Nisarga Nisargaka Savayava Krushikara Sangha é uma cooperativa autossuficiente em Honnur, Karnataka. A agricultura natural é praticada coletivamente. Embora as práticas de Agricultura Natural de Orçamento Zero (ZBNF) estejam sendo disseminadas com sucesso, sua popularidade também traz desafios e controvérsias políticas. Nas práticas da ZBNF, é fundamental o uso de esterco e urina de vaca para aumentar a atividade microbiana do solo. Um grande desafio, no entanto, é que os partidos nacionalistas extremistas hindus, que consideram a vaca sagrada e defendem a proibição do abate de gado, estão tentando politizar essas práticas. Tal postura é extremamente problemática, pois ameaça criminalizar as populações muçulmanas e outras minorias na Índia que dependem do gado para sua subsistência e segurança alimentar. Alguns críticos argumentaram que essas controvérsias resultam na exclusão de comunidades que atualmente não fazem parte das redes agrícolas da ZBNF. Outra preocupação decorre da confusão sobre a postura do programa sobre sementes geneticamente modificadas (transgênicas). O governo de Andhra Pradesh evita o uso dessas sementes e de sementes híbridas, enquanto outros grupos aprovaram o uso. Assim, apesar da escala que alcançou, ainda há dúvidas se as práticas da ZBNF terão sucesso em sistemas que se tornaram fortemente dependentes de insumos e tecnologias industriais, como o cinturão de algodão Bt da Índia.

**3** Em muitas partes do mundo, mulheres como Bayamma Reddy há muito tempo têm sido as guardiãs das sementes locais. Por meio da Agroecologia, a riqueza de seu conhecimento e de seu papel na agricultura passou a ser reconhecida e valorizada. Quando os filhos de Bayamma foram para o ensino superior, ela começou a praticar a agricultura natural no terreno perto de sua casa, usando o conhecimento e as habilidades transmitidos de geração em geração. Ela é de Balakabari Palli, Andhra Pradesh, que fica em um dos distritos mais vulneráveis à seca do país. Nessas regiões, as culturas comerciais que precisam de irrigação e outros insumos caros se mostraram insustentáveis. Para garantir uma cesta de alimentos diversificada e mitigar o risco de quebra de safra, ela e o marido seguem a prática tradicional de *navdanya* (semear uma combinação de nove cereais e painço) antes do início das monções.



3

**4** Kavita Kuruganti é a fundadora da Aliança pela Agricultura Sustentável e Holística (Asha, na sigla em inglês). Ela também está associada ao Makaam, um fórum nacional de mais de 120 pessoas e coletivos de mulheres agricultoras, organizações da sociedade civil, pesquisadores e ativistas, vindos de 24 estados indianos. O Makaam trabalha para garantir o devido reconhecimento e os direitos das mulheres agricultoras na Índia. Em uma entrevista recente, Kavita explicou como tradicionalmente as mulheres estavam envolvidas no trabalho agrícola intensivo, como transplante, remoção de plantas espontâneas e colheita. No entanto, como ela explica: *À medida que a agricultura se orienta para os mercados, com uma dependência cada vez maior de herbicidas e máquinas, os homens assumem a tomada de decisões.* A prática da Agroecologia permite que as mulheres recuperem seus direitos de tomada de decisão.



4



5

5 Em Andhra Pradesh, grupos auto-organizados de mulheres agricultoras têm sido determinantes para disseminar os princípios da agricultura de base agroecológica de comunidade em comunidade. Sem essas ações das mulheres, teria sido impossível expandir essas práticas para as quase 600.000 famílias agricultoras alcançadas, ou atingir a meta de 6 milhões de famílias até o final da década. A maioria das pessoas que trabalham e atuam como formadoras no programa são mulheres agricultoras.

6 Existem muitas mulheres agricultoras sem terra em Anantapur (Andhra Pradesh) - algumas são viúvas de agricultores que se suicidaram (uma tragédia em curso na Índia). Outras foram resgatadas do tráfico. Quase todas são vítimas de discriminação de casta. Um grupo delas se reuniu para arrendar coletivamente terras que antes estavam em pousio. As mulheres compartilham suas habilidades, conhecimentos e trabalho, cultivando alimentos sem agrotóxicos para suas famílias. Vendem o excedente diretamente nas áreas das lavouras, também fazendo entregas de hortaliças de bicicleta - microempreendimentos que estão ansiosas para ver crescer. As mulheres do coletivo criaram um sistema de rodízio para o trabalho agrícola que lhes permite administrar a produção e o trabalho de cuidado em casa. Nesse caso, a lógica feminista se sobrepõe ao funcionamento do mercado convencional. As mulheres remuneraram parcialmente umas às outras durante a temporada agrícola, garantindo o fluxo de caixa no período pré-colheita para a cobertura das necessidades familiares. Além da melhoria das finanças, essa estratégia de autogestão também gera resultados importantes em termos de soberania e segurança alimentar e nutricional, autonomia política e dignidade.

6



7

7 Sujatha e seu marido Jagadish praticam a agricultura natural há quase dez anos em sua propriedade de 1,5 hectare em Gottigehally, Karnataka. Abandonar a agricultura convencional, que utiliza agroquímicos, foi um desafio, diz Sujatha. No entanto, à medida que aprenderam sobre os riscos à saúde associados ao uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o casal ficou cada vez mais determinado em sua decisão nessa direção. Atualmente, a propriedade é cultivada segundo um modelo da agricultura natural de cinco camadas<sup>1</sup>: um ecossistema que é mais florestal do que campo agrícola. "Talvez existam mais de 200 espécies crescendo em minha parcela", diz Jagadish. O casal cultiva bananas, cocos, goiaba, jaca, batata-doce, leguminosas e limões, além de fazer experiências com café nas áreas inclinadas. Galinhas e cabras são criadas soltas. Árvores mais altas - carvalho pra-teado e moringa - formam uma cerca natural. Quando essas árvores perdem suas folhas, servem como cobertura morta, formando húmus no solo.

Soumya Sankar Bose

Autora das fotos reunidas neste ensaio

Amrita Gupta

Autora do texto, Agroecology Fund

amrita.agroecologyfund@gmail.com

<sup>1</sup> Bastante disseminado pelo Programa Agricultura Natural de Orçamento Zero, na Índia, trata-se de um sistema agroflorestal desenhado para ocupar cinco estratos (camadas), permitindo combinar altos níveis de intensificação produtiva e elevado grau de regeneração ecológica (Nota do editor).

Um agricultor pode viver com base na Agroecologia? Em geral essa é uma das primeiras perguntas feitas nos debates realizados na Europa. Isso porque lá ainda existe uma ideia amplamente disseminada de que é impossível gerar níveis de renda decentes com o uso da Agroecologia. Mas existem razões sólidas para que a agricultura de base agroecológica se torne um modelo capaz de gerar rendas comparáveis, senão superiores, às obtidas na agricultura convencional. Uma força invisibilizada por trás desse potencial econômico são as mulheres.

Embora o valor bruto da produção (VBP) por pessoa em geral seja menor na Agroecologia, a riqueza gerada pelo trabalho por cada unidade de produto é maior. Isso é importante, principalmente quando consideramos a variedade de produtos que uma unidade de base agroecológica gera. Quatro características centrais explicam essa superioridade. Curiosamente, são características que têm muito a ver exatamente com o papel e o trabalho das mulheres, a força invisibilizada e não reconhecida a que já nos referimos.

Em primeiro lugar, a Agroecologia é construída com base na valorização do trabalho e dos conhecimentos localmente disponíveis. Isso significa que depende menos do uso de insumos externos caros, como fertilizantes químicos, agrotóxicos ou maquinária pesada. O trabalho das mulheres, seus conhecimentos sobre determinados cultivos, criações e práticas de manejo, bem como de técnicas de processamento doméstico da produção são essenciais para a economia da Agroecologia. Muitas vezes estão disponíveis nas unidades familiares ou são obtidos por meio de arranjos comunitários de cooperação, que costumam ser estabelecidos por iniciativa das mulheres. Consequentemente, a renda líquida por unidade de produto, e por pessoa, tende a ser maior nos sistemas agroecológicos.

Em segundo lugar, a diversidade produtiva é intrínseca aos sistemas de base agroecológica. A biodiversidade é, "por natureza", fundamental para a produtividade desses sistemas. Além de diversificarem as rendas, reduzem riscos, já que funciona como um importante amortecedor em tempos de quebra de safra (potencialmente induzida pelas mudanças climáticas) e de volatilidade de preços. As mulheres geralmente detêm conhecimentos específicos sobre sementes, raças e a biodiversidade em geral. Assumem um papel essencial também quando se trata de inovação na busca de canais de comercialização e atividades econômicas alternativas. O desenvolvimento da diversidade inerente à Agroecologia depende da valorização desses conhecimentos específicos por meio da observação e interpretação das diferenças, do aprendizado continuado e da experimentação.

A terceira característica, diretamente relacionada às anteriores, refere-se ao uso muito mais eficiente dos recursos locais disponíveis, uma condição que contribui ainda mais para a redução dos custos. Os recursos ecológicos são otimizados por meio de ciclos de reaproveitamento interno aos agroecossistemas e da adoção de práticas de manejo em constante aprimoramento e ajuste fino às condições locais. A aplicação dos resíduos de culturas como cobertura morta, o uso do esterco como fertilizante e a combinação de culturas para controlar insetos-praga são exemplos dessas estratégias. E são as mulheres que costumam ser as primeiras a experimentar essas técnicas.

Finalmente, a Agroecologia prospera quando processos cooperativos são desenvolvidos entre as próprias famílias agricultoras e delas com os consumidores. Práticas cooperativas são exercitadas pelas mulheres, que criam e mantêm interações em suas comunidades, por exemplo, engajando-se em novas atividades coletivas e novos mercados.

É desnecessário dizer que o desenvolvimento dessas características não ocorre como obrigação das mulheres. Pelo contrário, resultam da maneira como as mulheres fazem as coisas dentro e no entorno de seus estabelecimentos e como elas se relacionam umas com as outras e com outras pessoas.

Há um enorme potencial para fortalecer ainda mais as economias das unidades produtivas de base agroecológica na Europa, especialmente por meio de redes bem costuradas de processamento e comercialização. Uma nova lente econômica que valoriza a multifuncionalidade e reconhece o papel central desempenhado pelas mulheres é fundamental para que esse potencial seja visualizado e desenvolvido. Movimentos sociais e políticas bem articuladas podem desempenhar um papel importante e assim fortalecer a já significativa contribuição desses estabelecimentos agrícolas no fornecimento de alimentos de qualidade, na criação de trabalho digno, na mitigação de emissões de CO<sub>2</sub>, no fomento à vitalidade das áreas rurais, no incremento de elementos de paisagem e da biodiversidade.

**Jan Douwe van der Ploeg**

Professor Emérito de Sociologia Rural da Universidade de Wageningen  
jandouwe.vanderploeg@wur.nl

**Janneke Bruil**

Cofundadora de *Cultivate!* e membra da Plataforma holandesa de soberania alimentar Voedsel Anders



## O potencial econômico da Agroecologia na Europa<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Esta coluna se baseia no artigo *O potencial econômico da Agroecologia: evidências empíricas da Europa*, publicado no *Journal of Peasants Studies* (2019) e disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335996382\\_The\\_economic\\_potential\\_of\\_agroecology\\_Empirical\\_evidence\\_from\\_Europe](https://www.researchgate.net/publication/335996382_The_economic_potential_of_agroecology_Empirical_evidence_from_Europe).

# É possível generalizar uma Agroecologia feminista<sup>1</sup>?

As perspectivas feministas são fundamentais para a construção da Agroecologia e da soberania alimentar. No entanto, nem sempre são consideradas quando a Agroecologia se dissemina na prática ou é institucionalizada em políticas.

Este artigo descreve duas experiências, na Espanha e na Colômbia, nas quais as abordagens feministas foram negligenciadas. Como podemos alcançar uma Agroecologia efetivamente transformadora, que lute contra as estruturas de poder geradoras das desigualdades sociais, sem que o patriarcado seja questionado?

Isabel Álvarez Vispo e Paola Romero-Niño

**N**os últimos anos, a Agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento, vem sendo cada vez mais reconhecida como uma abordagem essencial para a promoção da soberania alimentar. O desenvolvimento de práticas inovadoras, a sistematização de experiências e o fortalecimento dos movimentos sociais locais, nacionais e internacionais estão mostrando que a Agroecologia tem potencial para alimentar o mundo de forma justa e sustentável.

Os debates recentes têm se dedicado a encontrar respostas adequadas ao desafio de disseminar a Agroecologia a partir das experiências de escala localizada já encontradas em todos os quadrantes do planeta.

Nos debates internacionais esse desafio foi elaborado a partir de dois conceitos em inglês: a) *scaling out*, que representa a disseminação horizontal das práticas da Agroecologia; b) *scaling up*, que consiste no desenvolvimento de políticas e medidas institucionais de apoio à Agroecologia, como os programas de ensino e pesquisa e de acesso a mercados, entre outros. Esses processos de aumento de escala também representam o envolvimento de crescentes segmentos sociais, expandindo as práticas e princípios da Agroecologia para além dos produtores rurais.

O País Basco foi pioneiro e inspirou os movimentos de Agroecologia na Espanha. Aos poucos, a Agroecologia está se expandindo com sucesso, envolvendo mais e mais grupos de consumidores e produtores. Um exemplo bem-sucedido do sistema Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), que incorpora diversos grupos de pessoas, como jovens, e que, no início, envolvia mulheres. Na Colômbia, as organizações de mulheres têm promovido a Agroecologia como instrumento de paz e um modelo de desenvolvimento rural que foi gradualmente sendo ampliado, desde a produção comunitária até a adoção de políticas nacionais. Essas duas experiências representam o fortalecimento da Agroecologia, mas em ambos os casos as mulheres e a perspectiva feminista foram deixadas para trás.

## A generalização das práticas da Agroecologia no País Basco: o caso da Rede Nekasarea

A partir de 2007, o sindicato de agricultores EHNE Bizkaia passou a adotar uma estratégia territorial voltada a promover a soberania alimentar com base na formação e conscientização sobre as diferentes dimensões da Agroecologia e do desenvolvimento de redes. Esse processo resultou na criação da rede Nekasarea, um arranjo territorial que reúne diferentes grupos de produtores e consumidores segundo os princípios das *Comunidades que Sustentam a Agricultura* (CSA). Os produtores ingressavam na rede

<sup>1</sup> O título original do artigo “Can feminist agroecology be scaled up and out?” não possui tradução literal em português. *Scaling up* e *scaling out* são termos empregados em inglês para designar processos complementares de aumento de escala da Agroecologia (identificados, respectivamente, de *vertical* e *horizontal*). O primeiro refere-se à institucionalização de princípios e valores da Agroecologia. O segundo enfoca os processos de disseminação de práticas da Agroecologia. Em busca de concisão, optou-se por empregar o termo “generalização”. (Nota do editor)

após receberem cursos de capacitação em horticultura orgânica. Com o tempo, essas atividades de capacitação se transformaram em cursos mais longos e abrangentes sobre Agroecologia. Em 2010, já havia 15 grupos de produtores e consumidores operando na rede, mais da metade liderados por mulheres produtoras.

Embora nem os cursos nem a estratégia de revitalização do território desenvolvidos adotassem um enfoque explícito de gênero ou feminista, as produtoras ficaram felizes em constatar que no início do processo as mulheres representavam 50% das pessoas participantes, chegando a até 80% em alguns cursos. Pelo menos em termos quantitativos, realmente parecia que o processo de expansão da Agroecologia era algo transformador. Mas o sucesso da rede atraiu novas pessoas, principalmente homens, alguns dos quais se encontravam desempregados devido a uma crise na indústria metalúrgica basca. Havia homens que eram novatos na agricultura, mas também havia companheiros de mulheres que antes exerciam atividades agroecológicas, sendo que até então voltadas apenas para complementar a economia familiar.

A boa notícia com esse envolvimento dos homens era que mais pessoas tinham interesse em desenvolver projetos agroecológicos. Dessa forma, a rede se ampliou rapidamente. Em 2016, havia cerca de 200 produtores envolvidos na rede, que ainda ganhou o prestigioso prêmio do Pacto de Milão<sup>2</sup>. Desde então, a rede mudou sua forma de organização, que passou a se basear no desenvolvimento de grupos mais autônomos. A notícia não tão boa foi que, tanto nos cursos de formação como nos próprios espaços participativos da Nekasarea, a presença feminina teve uma queda considerável: em alguns casos de 80% para 20%. Essa masculinização da rede deveu-se em parte à chegada de novos participantes do sexo masculino. No entanto, também refletiu o fato de que, quando o empreendimento agroecológico se tornou a principal atividade econômica da família, as mulheres que antes assumiam a liderança tiveram que *ceder* o espaço da tomada de decisão aos seus companheiros. Com a retomada da lógica patriarcal dentro da família e da sociedade, as mulheres foram forçadas a se afastar e também voluntariamente renunciaram ao seu papel quando os benefícios econômicos de suas atividades começaram a ficar evidentes. Essa tendência continuou nos anos seguintes e, em 2016, apenas um quarto dos então 60 grupos de produtores-consumidores eram visivelmente liderados por mulheres. Até hoje, a participação ainda é predominantemente masculina e quase não se fala em incorporar uma abordagem feminista.

<sup>2</sup> O Pacto de Milão versa sobre políticas de alimentação para as cidades. Foi assinado em 2015 com o objetivo de comprometer administrações municipais a atuarem para *implementar ou desenvolver sistemas alimentares mais sustentáveis*. Para mais informações: [https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action\\_PORT.pdf](https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf) (Nota do editor)



Encontro de agricultores e agricultoras em La Playa, Santander, Colômbia. Foto: Fian-Colômbia

Esses processos mostraram como os espaços de promoção da Agroecologia, no início protagonizados por mulheres, foram ocupados pelos homens. Esse caso aponta para a necessidade de as mulheres se organizarem para dar visibilidade a suas necessidades e reivindicações, não só em Bizkaia, mas em todo o País Basco. Refletindo sobre esse ponto, surgiu o movimento Etxaldeko Emakumeak, um grupo aberto de mulheres comprometidas com a soberania alimentar. Elas se definem como agroecofeministas e sua razão de ser é disseminar a soberania alimentar nos movimentos feministas e o feminismo nos movimentos de soberania alimentar.

## A institucionalização da Agroecologia: o caso do Acordo de Paz na Colômbia

Na Colômbia, as mulheres, principalmente camponesas, indígenas e afrodescendentes, desenvolveram por décadas processos comunitários de produção de alimentos para o consumo doméstico, de cuidado com o meio ambiente e de construção da paz. Para elas, a Agroecologia é uma perspectiva para construir a paz porque ajuda a fortalecer as organizações rurais e a melhorar as condições de vida nos territórios camponeses, incentivando que pessoas abandonem as fileiras da guerra e voltem a se inserir na sociedade civil. A Agroecologia também pode criar condições sociais, econômicas e ambientais favoráveis nas comunidades para a criação de redes locais sustentáveis de abastecimento alimentar.

## AGROECOLOGIA E FEMINISMO > AUMENTO DE ESCALA DA AGROECOLOGIA

Como fruto de seu árduo trabalho, as organizações rurais conseguiram incluir a Agroecologia na agenda política do país. As mulheres tiveram um papel importante na defesa da Agroecologia como ferramenta de paz, sendo finalmente incorporada ao Acordo de Paz entre o Estado e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), no final de 2016.

No âmbito comunitário, as organizações de mulheres produtoras participaram ativamente dos espaços de coordenação dos processos de desenvolvimento local para promover a Agroecologia como ferramenta para a paz. Elas desenvolveram atividades de capacitação em Agroecologia em escolas rurais, construíram alianças e plataformas nacionais para mulheres rurais que incluíam a Agroecologia e elaboraram declarações públicas. Em âmbito nacional, as mulheres se engajaram no trabalho de monitoramento e acompanhamento do Acordo de Paz, bem como no lobby político no qual as plataformas e redes de mulheres pressionaram pela criação de um marco legal para a promoção da Agroecologia.

Apesar de todo esse trabalho e da persistência contínua de grupos de mulheres, a Agroecologia tornou-se hoje relativamente periférica na implementação do Acordo de Paz. O governo promove leis contrárias ao espírito do Acordo, em que a agricultura tem como foco o aumento da produção e a promoção da agricultura industrial, chegando até a incentivar as monoculturas. Da mesma forma, no âmbito local, a participação e as propostas das mulheres são frequentemente mal compreendidas e utilizadas de maneira inapropriada, o que resulta na promoção de projetos produtivos que estimulam o uso de pacotes tecnológicos e a produção de alimentos *exóticos* destinada exclusivamente à exportação. Por isso, apesar do papel desempenhado pelas mulheres, suas propostas para que a Agroecologia seja empregada como uma ferramenta para a construção da paz e o desenvolvimento comunitário não se refletem na implementação do Acordo.

### Nada construído com base na desigualdade trará justiça

Embora a Agroecologia esteja sendo fortalecida e disseminada com sucesso em diferentes contextos, é importante levar em conta que a maior parte do *iceberg* do sistema alimentar está debaixo d'água. A ponta desse iceberg, que fica exposta, mostra os aspectos produtivos. Mas os elementos que sustentam essa produtividade, como o papel e o trabalho das mulheres, permanecem invisíveis. As mulheres ainda estão na base desse iceberg, devido à falta de uma perspectiva feminista quando se tenta abordar o sistema alimentar em toda sua abrangência e complexidade.

Tanto no País Basco quanto na Colômbia, os avanços podem parecer bem-sucedidos apesar da ausência de uma abordagem feminista explícita e mesmo que as mulheres sejam deixadas para trás. Isso é especialmente irônico, uma vez que foram elas as primeiras a defender a Agroecologia. No caso da Colômbia, ocupar espaços de incidência política cobra um preço muito alto para as mulheres (em termos de tempo e segurança). Embora pequenas conquistas tenham sido alcançadas, suas necessidades e perspectivas não foram priorizadas na prática pelo Estado, o que significa que novamente se tornaram invisíveis. No caso de Nekasarea, na Espanha, vemos que a expansão das alternativas agroecológicas não dependentes do Estado acabou por excluir as mulheres do protagonismo e da tomada de decisões assim que os projetos se tornaram economicamente bem-sucedidos, encaixando-se assim no modelo patriarcal capitalista.

O avanço de dinâmicas de transição agroecológica requer a conscientização sobre as desigualdades e o questionamento radical dos modelos institucionais e organizacionais (inclusive na família) que, como vimos, continuam a reproduzir os valores do patriarcado. Não considerar esses aspectos leva a processos de exclusão gradual das mulheres.

Nenhuma instituição, organização ou rede construída com base na desigualdade será capaz de produzir realidades justas. Por esse motivo, acreditamos que a incorporação de uma perspectiva feminista nos processos de aumento de escala da Agroecologia é chave para qualquer mudança efetiva. Precisamos construir novos paradigmas para a Agroecologia em que as mulheres sejam visíveis e o feminismo seja uma prioridade.

**Isabel Álvarez Vispo**

vice-presidente e coordenadora do setor de incidência política da Urgenci, com sede no País Basco (Espanha)  
isa.urgenci@gmail.com

**Paola Romero-Niño**

coordenadora geral da Fian Colômbia

**Intercâmbio para conhecer a Rede Nekasarea.**

Foto: Isabel Alvarez Vispo





# A ascensão dos movimentos de

## mulheres rurais no Sul da África<sup>1</sup>

No mundo rural africano, as mulheres são invisibilizadas e vivem marginalizadas nas estruturas de poder. Ao se organizarem em movimentos sociais, as mulheres do Sul da África amplificaram suas vozes para desafiar o agronegócio e a opressão patriarcal, ao mesmo tempo que promovem avanços na Agroecologia a partir de novas perspectivas de ação política informadas pelo feminismo.

Mercia Andrews

**N**a África, as mulheres rurais lutam contra o agronegócio e contra grandes projetos predatórios que buscam controlar suas terras, sementes e outros recursos que fazem parte de seus meios de vida. Ao mesmo tempo, enfrentam diferentes formas de opressão e exploração patriarcal em suas próprias casas, comunidades, locais de trabalho e até mesmo em movimentos sociais.

Embora no âmbito local as mobilizações das mulheres podem superar algumas dessas questões, permanece difícil ampliar o efeito de suas lutas regional, nacional e internacionalmente. A Assembleia das Mulheres Rurais foi criada exatamente para enfrentar esse desafio. Neste artigo abordamos suas duas principais lutas.

<sup>1</sup> Este artigo é baseado em *A case study of the Southern African Rural Women's Assembly: We can break the bend*, publicado em Agenda (2019).

## Desafiando o agronegócio e os grandes projetos corporativos

Investidores globais e corporações transnacionais estão adquirindo grandes extensões de terras na África para produção de grãos, biocombustíveis, mineração e especulação de terras. Ao mesmo tempo, a *Aliança para a Revolução Verde na África* (Agra, na sigla em inglês), a *Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional na África* e os defensores da *Agricultura Climaticamente Inteligente* estão promovendo uma *Nova Revolução Verde*. Essas iniciativas buscam incentivar a colaboração entre governos e empresas do agronegócio, como Bayer, Syngenta e outros grandes produtores e comerciantes de organismos geneticamente modificados (OGMs). Diante do declínio geral no financiamento externo, os governos africanos, que têm pouca responsabilidade para com o povo e possuem mecanismos regulatórios débeis, dão boas-vindas aos projetos dessas corporações transnacionais. Os Programas de Subsídio de Insumos Agrícolas (Fisp, na sigla em inglês), por exemplo, são a prova de que essas corporações têm presença marcante na política da União Africana. Trata-se de uma intervenção política chave que defende que a África só pode se alimentar através da modernização agrícola impulsionada pelo capital transnacional e por pacotes tecnológicos altamente subsidiados, que incluem fertilizantes químicos e agrotóxicos. Enquanto isso, as

linhas de financiamento do governo negligenciam a Agroecologia e as sementes crioulas.

Na maioria dos países da região, os Fisp beneficiam apenas (novas) elites locais e grandes proprietários de terras. Enquanto as demandas das mulheres por apoio à Agroecologia são completamente ignoradas, os programas promovem a disseminação de sementes, agrotóxicos e outros insumos desenvolvidos pela Bayer e outras transnacionais do agronegócio. O impacto desse impulso ao agronegócio liderado por corporações é particularmente prejudicial às mulheres rurais. Entre outros aspectos, elas se queixam do aumento no assédio sexual e na coerção institucional realizada por parte de funcionários do governo que agem em nome dessas novas elites.

A Assembleia das Mulheres Rurais (ver Quadro anterior), cujas integrantes praticam a Agroecologia, juntou-se a outras camponesas e agricultoras familiares do Sul da África para contestar o agronegócio e a falta de apoio de seus governos à agricultura camponesa. Repudiamos a forma como as políticas e os programas dos governos, como os Fisp, minam e marginalizam as produtoras de pequena escala e a Agroecologia como uma alternativa legítima ao modelo agrícola dominante. Também confrontamos as agendas de exploração predatória de nossos governos e a maneira como eles estão permitindo a captura corporativa de nossas sementes, terras, florestas e oceanos por grandes capitais, como os interesses do agronegócio e dos biocombustíveis.

A Assembleia questiona as leis de sementes e o poder das transnacionais, que transgride limites legais impostos. Quando se reúnem para compartilhar sementes crioulas, elas estão manifestando publicamente o seu desejo e sua capacidade para destruir as sementes transgênicas. Como guardiãs das sementes crioulas, as mulheres rurais continuam a manter bancos de sementes e a compartilhar e comercializar suas próprias variedades. Também resistem à imposição dos alimentos ultraprocessados em suas dietas, ao revitalizar os sistemas alimentares locais e a produção local de alimentos.

Por meio dessas ações, elas exigem respeito aos seus direitos territoriais como forma de assegurar a soberania alimentar e estabelecer barreiras políticas à apropriação de terras comunitárias pelo agronegócio e pelas empresas de mineração.

**A luta contra o patriarcado** Apesar do importante papel das mulheres na agricultura e na segurança alimentar de suas famílias, autoridades tradicionais seguem reproduzindo as estruturas patriarcais. Isso tem um grande impacto na capacidade de tomada de decisão das mulheres, seja nas práticas de manejo agrícola, no acesso aos mercados e a financiamentos, bem como nos espaços comunitários, na igreja, nas instituições de ensino, na arena política e na economia de forma mais ampla. Essas estruturas são mantidas por uma cultura de subordinação que sustenta e reproduz o patriarcado como sistema de poder.

## A Assembleia das Mulheres Rurais

A Assembleia das Mulheres Rurais surgiu em 2009 a partir do Diálogo dos Povos, um espaço temático do Fórum Social Mundial que teve por objetivo criar intercâmbios entre ativistas envolvidos em lutas em defesa dos territórios e dos bens comuns. Participaram do Diálogo organizações camponesas, movimentos de luta pela terra, sindicatos de trabalhadores rurais, redes de justiça climática e ambientais, pesquisadores e ONGs. Os participantes eram principalmente homens, embora as mulheres fossem maioria em suas organizações.

Com a criação da Assembleia das Mulheres Rurais, as mulheres decidiram criar seus próprios espaços e movimentos autônomos, ainda que permanecendo dentro dos sindicatos de pequenos agricultores ou de outras organizações camponesas de origem. Posteriormente, a Assembleia das Mulheres Rurais se organizou em todo o Sul da África, estabelecendo plataformas autônomas de abrangência nacional, elegendo suas próprias estruturas de poder e desenvolvendo suas próprias diretrizes e princípios para os movimentos. Atualmente, a Assembleia está presente em nove países: África do Sul, Moçambique, Suazilândia, Lesoto, Malawi, Zimbábue, Zâmbia, Namíbia, Maurícias e Angola.

Podemos citar o exemplo da província de Limpopo, na África do Sul, onde os homens afirmam que a cultura BaPedi determina que as mulheres não devem liderar. Isso se evidencia pelo provérbio comumente usado *Tsa etwa key a tshadi pele di wela leopeng*, que significa “se uma mulher assumir a liderança, um desastre está fadado a acontecer”. A liderança das mulheres é obstruída pelas autoridades tradicionais nas comunidades rurais, que esperam que as mulheres sejam silenciosas, respeitadas e reclusas. Essas normas e culturas opressivas devem ser desafiadas. As mulheres devem assumir a linha de frente para denunciar a má liderança e a corrupção nos vilarejos e distritos.

É para isso que estamos trabalhando. Por exemplo, no Zimbábue, nós nos organizamos para defender as mulheres que são expulsas de suas terras quando seus maridos morrem. Esnati, da Assembleia das Mulheres Rurais do Zimbábue, explica: *Quando meu marido morreu, meus sogros me expulsaram da terra em que eu trabalhava com ele. Fui mandada de volta para meus pais sem nada, e lá comecei a cultivar as terras. Durante anos, meu trabalho nos alimentou e eu ainda vendia excedentes. No dia em que meus pais morreram, meu irmão e o chefe local vieram me despejar. Fiquei arrasada e com raiva. Eu fui procurar o grupo local da Assembleia das Mulheres. Cinquenta mulheres me acompanharam de volta à propriedade e juntas insistimos que eu deveria ficar na terra e na casa. Ocupamos a terra por mais de 20 dias lutando contra os homens locais. Finalmente, Esnati teve permissão para ficar na terra, abrindo caminho para outras mulheres na mesma situação.*

## **Aumentar as capacidades de auto-organização das mulheres**

Um desafio crítico é que as mulheres não são valorizadas como líderes. É por isso que estamos criando estruturas poderosas, como associações locais, grupos de agricultoras, clubes de poupança, comitês de saúde e organizações religiosas lideradas por mulheres rurais. A existência dessas iniciativas locais mostra que as mulheres rurais têm capacidade, habilidade, experiência e conhecimento para liderar.

Isso é muito importante porque muitas vezes as mulheres são invisibilizadas em movimentos mais amplos, apesar de neles terem desempenhado papéis importantes. Por exemplo, o movimento anti-apartheid na África do Sul, o Movimento Cinturão Verde no Quênia, que mobilizou milhares de mulheres contra a exploração madeireira, e o Movimento de Mulheres do Delta do Níger, que resistiu à perfuração petrolífera. Existem centenas de outras iniciativas lideradas por mulheres em toda a África. As mulheres desafiaram a escravidão, o colonialismo, o apartheid e lutaram nas guerras de libertação. Portanto, é essencial pesquisar as áreas inexploradas da liderança das mulheres africanas, seus protestos, ativismo e campanhas para que sua liderança e suas vozes possam ser ouvidas e amplificadas em toda sua plenitude.

Desenvolvemos várias estratégias para fortalecer a liderança das mulheres. No âmbito regional do Sul da África, organizamos regularmente uma escola feminista, sessões de liderança e um campo de formação em redes sociais para mulheres jovens, onde as ideias de feminismo, liderança feminista e relações de poder são debatidas e desenvolvidas. Essas formações incorporaram exemplos de resistência popular e ativismo de base de mulheres. Em nível nacional, em vários países, desafiamos as organizações e os espaços de tomada de decisão dominados por homens, hierárquicos, verticalistas e centralizadores, inclusive dentro dos movimentos de agricultores. Por exemplo, em 2018, a Assembleia das Mulheres questionou as eleições do Sindicato dos Pequenos Agricultores da Namíbia onde os homens predominavam. Isso resultou na eleição de mulheres para as estruturas de liderança do sindicato.

## **Rumo à liderança feminista na agricultura africana**

Aprendemos muito nos últimos anos. As principais questões para nós são: como podemos criar formas diferentes e não hierárquicas de organização e liderança? Liderança para quê? Para mudar o quê? Para nós, liderança é um meio e não um fim. Tem que estar enraizada nos valores do movimento e na compreensão da mudança que temos que fazer na vida das mulheres. Isso implica desconstruir o conceito de liderança, especialmente a liderança feminista. São necessárias experiências de liderança coletiva, estruturas horizontais e maior autonomia no âmbito da aldeia e do país, para *pavimentar a estrada à medida que a percorremos*. Dentro da Assembleia, já estamos construindo uma prática de ação-reflexão, de combinar estratégias e estar abertas a processos de aprendizagem. Nosso objetivo é criar espaços abertos e seguros para as mulheres. A educação popular, a leitura em grupo e a narrativa de histórias fazem parte das estratégias de construção do nosso movimento.

Aprendemos que, para construir movimentos de mulheres, temos que reconhecer que no passado e no presente, e em nossas terras e comunidades, já existem fortes mobilizações coletivas de mulheres. Para fortalecer a Agroecologia, em vez de focar na ampliação de uma prática agrícola particular, devemos fazer das vozes das mulheres o nosso ponto de partida, é preciso nos engajar em suas lutas e fomentar sua mobilização com base na horizontalidade. Isso envolve a promoção de lideranças mulheres e a garantia de que elas e suas práticas não sejam mais invisibilizadas, ignoradas ou apagadas da memória. Ao fazer isso, podemos ativar a força plena das mulheres para desafiar o agronegócio, desmantelar as estruturas patriarcais e promover uma Agroecologia feminista.

**Mercia Andrews**

ativista feminista radicada na África do Sul e coordenadora regional da Assembleia das Mulheres Rurais  
mercia@tcoe.org.za

# A ética do cuidado na pesquisa em Agroecologia: práticas do Sul do México

Em Chiapas, México, acadêmicos e estudantes buscam territorializar a universidade usando princípios indígenas e feministas de cuidado. A universidade tornou-se não apenas um lugar que gera conhecimento, mas também um espaço que nutre experiências, afetos e outras múltiplas conexões para a vida. Esta experiência mostra como uma ética feminista do cuidado pode orientar novas formas organizativas para a promoção da Agroecologia.

Diana Lilia Trevilla Espinal e Ivett Peña Azcona

**G**ostaríamos de começar dizendo quem somos e de onde falamos: somos mulheres com raízes negras e indígenas. Falamos desde Chiapas e de Oaxaca, onde tecemos experiências e diálogos com mulheres de diferentes lugares e gerações, principalmente camponesas, indígenas, negras e migrantes. Participamos de redes como a Aliança de Mulheres em Agroecologia (AMA-AWA), que é um coletivo que reúne mais de 50 estudantes, pesquisadoras, integrantes de organizações sociais, feministas e agroecólogas da América Latina e Caribe, Estados Unidos e Europa. Também integramos a Rede de Criadoras, Pesquisadoras e Ativistas Sociais, formada por jovens mulheres mexicanas.

Compartilhamos a perspectiva dos grandes movimentos indígenas e camponeses do Sul Global de que a soberania alimentar começa na defesa do território

e de quem o habita: o povo, a fauna, a flora e os bens comuns, o que inclui sementes, água e florestas. Também compartilhamos a perspectiva das mulheres da América Latina, que enfatizam a importância de tornar os territórios livres da violência contra seus corpos e de construir comunidades sem discriminação, exclusão, expropriação e pobreza. Como mulheres que pertencem a esses territórios, continuamos a alimentar essas perspectivas.

## Sentir-pensar com o território

As áreas rurais são hoje territórios disputados por interesses do agronegócio, que considera as pessoas, a terra e os alimentos como meras mercadorias para gerar lucros de curto prazo. Grandes empresas e organismos internacionais pressionam por reformas políticas voltadas a disseminar o uso generalizado dos pacotes tecnológicos da agricultura industrial. Também pressionam os governos a implementar grandes projetos de exploração predatória de recursos. Mulheres e feministas da América Latina estão engajadas em lutas contra megaprojetos e a agricultura industrial e em defesa da agricultura camponesa e da preservação dos bens comuns. Suas práticas e análises nos inspiram a contribuir para o que consideramos quatro fundamentos de uma compreensão feminista da soberania alimentar:

1. Soberania alimentar situada em território-corpo-terra: Isso significa que somos corpos enraizados em territórios. Portanto, o que acontece em nossos corpos afeta os territórios e vice-versa.
2. Sentir-se como parte constituinte da construção do conhecimento: Implica valorizar os afetos, as emoções e as relações humanas com a natureza que estão presentes em todos os processos que configuram o território-corpo-terra.

3. O reconhecimento de que as mulheres indígenas, camponesas, negras e racializadas contribuem para a teoria, a política, a economia e a defesa do território.
4. O reconhecimento de que o trabalho do cuidado, que envolve o trabalho afetivo, psíquico, relacional e físico necessário à vida, é imprescindível para criar as condições para que a Agroecologia e a soberania alimentar proliferem nos territórios.

Com base nesses fundamentos, compartilhamos uma experiência em Chiapas sobre como práticas feministas contribuem para territorializar a soberania alimentar.

**Uma ética do cuidado e da academia** A partir de nosso engajamento com a Rede de Criadoras, Pesquisadoras e Ativistas Sociais e a Aliança de Mulheres em Agroecologia, percebemos que a ética do cuidado está no cerne das práticas feministas de soberania alimentar. Uma ética feminista do cuidado reconhece que não somos seres produtivos, somos seres que reproduzem a vida, portanto, precisamos e podemos cuidar. Isso deve ser feito em reciprocidade, o que, por sua vez, requer condições que permitam que o cuidado seja uma prática comum e coletiva, que seja distribuída de forma justa entre todas as gerações e identidades de gênero. O trabalho do cuidado está ligado a tudo o que envolve preservar e regenerar a vida, não só em relação às crianças, a familiares ou a membros da comunidade, mas também aos animais, às plantas e ao território. O trabalho do cuidado costuma não ser remunerado e ser realizado por mulheres, que frequentemente precisam combiná-lo com trabalhos remunerados. Uma ética do cuidado pode ajudar a mudar isso.

Não devemos esquecer que os elementos centrais da Agroecologia se baseiam em conhecimentos milenares dos povos indígenas e camponeses. Embora a pesquisa científica tenha sido importante para trazer à luz noções centrais da Agroecologia, a academia muitas vezes continua a ser um domínio predominantemente masculino e colonial focado na produção de conhecimento abstrato, em vez de promover relações de cuidado. No sul do México, as pessoas estão adotando uma abordagem alternativa. O programa *Aula-Huerto*, ou Horta Escola, constitui um espaço de vivência e interação, localizado no centro de pesquisas do El Colegio de la Frontera Sur (Ecosur), em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México. Fundado em 2008, é parte de uma iniciativa pedagógica mais ampla que busca disseminar a Agroecologia, fortalecendo as comunidades por meio da troca de conhecimentos e experiências sobre saúde, conservação ecológica e alimentação.

## A academia é predominantemente masculina e colonial e não está focada nas relações de cuidado.

**A Horta Escola** A Horta Escola é formada por diversos espaços. Há uma sala de aula-cozinha-laboratório chamada *El frijolón*, onde as pessoas da comunidade escolar podem compartilhar alimentos saudáveis produzidos localmente. Possui também uma estufa, onde as sementes são secas e as plantas em germinação são nutridas, uma área na qual os resíduos das plantas são compostados e uma *sementoteca* em que são armazenadas as sementes para serem trocadas no futuro. Finalmente, o espaço conta com um grande jardim que atravessa a universidade com mais de 36 espécies de vegetais, plantas aromáticas, flores e *milpa* (feijão, abóbora, pimentões, milho e quelites – ervas silvestres comestíveis) cultivadas em canteiros e jardins verticais.

A Horta Escola tem o potencial para se desenvolver com base em uma ética do cuidado. O projeto foi

**Oficina sobre saúde e nutrição na Horta Escola**  
Foto: Ivett Peña Azcona



## AGROECOLOGIA E FEMINISMO > ÉTICA DO CUIDADO

construído por meio de um processo de auto-organização e gestão coletiva, realizado principalmente de forma voluntária por um grupo de pesquisadores, além de técnicos, administradores e alunos. A participação e a liderança das mulheres, que representam 80% dos envolvidos, é fundamental. Os integrantes do grupo executam tarefas gerenciais e administrativas, mas também se envolvem no trabalho de cuidado, que inclui regar as plantas, fazer compostagem, semear, colher e guardar as sementes.

Ainda não existe uma política interna ou externa que apoie a iniciativa, exceto que ela já foi incorporada ao plano ambiental institucional. Na prática, a estratégia para manter seu funcionamento é baseada em redes e ação coletiva. Por exemplo, a Horta Escola criou alianças com outros grupos, como a Rede Chiapaneca de Hortas Educativas, a Rede Mexicana de Hortas Educativas e a Rede Internacional de Hortas Educativas.

Além do cuidado com a natureza, a Horta Escola promove a troca de alimentos, sementes e conhecimentos entre pessoas de dentro e de fora da comunidade acadêmica, servindo para superar as fronteiras entre os dois mundos. Todas as sextas-feiras a Horta Escola se transforma em mercado agroecológico, onde produtores locais vêm vender seus produtos e conversar com pesquisadores, alunos e funcionários da universidade. Isso cria relações diretas com os consumidores. Variedades de sementes crioulas são apresentadas e trocadas. A Horta Escola é também um lugar onde grupos camponeses, escolas primárias e secundárias, universidades e organizações e movimentos sociais se reúnem para compartilhar experiências. Os visitantes vêm do interior do país, bem como de outros países, como Cuba, Brasil, Chile, Porto Rico, Colômbia, Venezuela, Índia e Estados Unidos.

O valor da Horta Escola vem sendo cada vez mais reconhecido por institutos de educação formal fora do centro de pesquisa. A Horta Escola já ofereceu vários cursos em jardinagem educativa para professores de escolas primárias e secundárias, bem como mais de 26 oficinas de Agroecologia e várias conferências, como o Primeiro Congresso Mexicano de Agroecologia, em 2019. Assim, práticas são disseminadas, experiências são compartilhadas e outros processos são fortalecidos. Coletivamente, estamos construindo a Horta Escola, orientada pela ética feminista do cuidado, baseada nas ideias de preparar o terreno, partilhar a colheita, agradecer à Mãe Terra e trabalhar pela sustentabilidade.

**Preparar o terreno** Preparar o terreno implica valorizar todos os esforços e as relações que tomaram possível a Horta Escola. No cerne desses esforços está um processo coletivo que reúne diferentes conhecimentos e gerações. O fortalecimento do tecido social de nossa comunidade e a promoção da noção de propriedade e responsabilidade coletivas são tão importantes quanto os resultados de atividades específicas. O ponto de partida é que, para aprender sobre a Agroecologia, é fundamental sentir e pensar junto com os outros. Isso implica um desafio de recriar e *territorializar* a Agroecologia para além dos espaços acadêmicos, buscando uma Agroecologia que não seja formada apenas pela pesquisa, mas também pelas comunidades, criando espaços para que todos de dentro e de fora da academia se encontrem.

**Partilhar a colheita** Isso é algo que aprendemos com os povos indígenas. Para eles, partilhar a colheita é um princípio ético comunitário. Na Horta Escola, isso se concretiza na distribuição

Oficina de culinária, jardim mandala e debate sobre Agroecologia na Horta Escola. Fotos: Ivett Peña Azcona



do trabalho e do tempo dedicado ao cuidado dos espaços. O envolvimento de todos é incentivado, para que a responsabilidade e o trabalho não recaiam exclusivamente sobre as mulheres. Por meio desse princípio, as relações e papéis de gênero são transcendidos. A colheita também é compartilhada por meio do envolvimento das comunidades locais em diferentes atividades, o que inclui a distribuição das sementes, hortaliças e plantas medicinais colhidas. Um exemplo concreto é como, durante a crise da Covid-19, o grupo da Horta Escola está colaborando com a sociedade civil organizada para entregar plantas medicinais e sementes em cestas de alimentos agroecológicos distribuídas a famílias em situação de vulnerabilidade.

**Agradecendo à Mãe Terra** As cerimônias tradicionais de agradecimento à Mãe Terra têm origem nos povos indígenas e camponeses da América Latina e do Caribe. Nos seminários, oficinas, encontros e reuniões da Horta Escola, esse princípio se traduz de diferentes maneiras. Por exemplo, por meio de cerimônias de mística de abertura; expressando o apreço pelo trabalho de todas as pessoas que colaboram; ou compartilhando alimentos entre os participantes.

Agradecer à Mãe Terra significa valorizar a Agroecologia - não apenas como prática produtiva, mas também em termos de coexistência, recreação, arte, relaxamento e diversão, solidariedade e sentimento de comunidade. Outras formas em que esses valores são incorporados nas práticas da Horta Escola incluem ioga no jardim, oficinas de pintura, desenho e fotografia, bem como jogos, por exemplo, para aprender sobre o manejo de insetos-praga e polinizadores. Também organizamos palestras sobre saúde e alimentação, eventos onde as pessoas cozinham e oficinas sobre como transformar produtos hortícolas em pomadas, óleos essenciais, tinturas, conservas e fermentos.

**Sustentabilidade, justiça e dignidade** A Agroecologia, enquanto alternativa ao sistema agroindustrial e ferramenta de soberania alimentar, também se traduz no enfrentamento dos conflitos socioambientais. Isso implica desafiar as práticas diárias em que a terra, os bens comuns e as pessoas são explorados com fins lucrativos. Uma ética feminista do cuidado é necessária para orientar a construção de novas formas de organização baseadas em princípios de sustentabilidade, justiça, dignidade e coletividade.

Na Horta Escola promovemos o pensamento crítico, bem como a politização dessas questões em nossas relações cotidianas. Falamos sobre a importância de reconhecer o papel da mulher na Agroecologia e incentivar ações que garantam que suas opiniões

## Devemos valorizar a Agroecologia como produção de alimentos, coexistência, recreação, arte, solidariedade e comunidade.

e propostas sejam ouvidas. Isso implica refletir se as mulheres recebem salários justos e se o trabalho de cuidado nas famílias é distribuído de maneira justa. Ainda temos desafios pela frente. Um deles é a criação de protocolos no comitê e no centro de pesquisa para podermos avançar rumo a uma cultura institucional sem violência e baseada em princípios éticos de cuidado.

Mudar o ambiente institucional mais amplo permanece um grande desafio, tanto para nós na Horta Escola quanto para o movimento agroecológico de maneira geral. Dentro das famílias, organizações, academia e movimentos sociais, precisamos trabalhar não apenas para uma redistribuição equitativa e não binária das tarefas, mas também para abordar questões mais fundamentais para quebrar as formas patriarcais de opressão. Isso requer plena participação, compromisso e envolvimento de todas as identidades de gênero e orientações sexuais. Também requer políticas públicas elaboradas de baixo para cima, mudanças regulatórias, alocação de recursos financeiros para viabilizar iniciativas locais e outras ações que busquem superar as desigualdades e promover uma vida sustentável.

Por meio de nossa experiência com a Horta Escola Ecosur, estamos convencidas de que a expansão da Agroecologia deve acontecer com base em uma ética feminista de cuidado. Esse objetivo não será possível se não revermos as relações desiguais que continuam existindo dentro e fora de nossas comunidades e sem valorizarmos a importância do trabalho do cuidado no sentido mais amplo. Isso inclui cuidar de pessoas, relacionamentos, sistemas alimentares, comunidades e territórios.

Diana Lilia Trevilla Espinal e Ivett Peña Azcona  
Integrantes ativas da Horta Escola e pesquisadoras em Agroecologia no Ecosur, México  
diana.trevilla@gmail.com

AGROECOLOGIA E FEMINISMO > RECIPROCIDADE

# Agricultura de montanha nas mãos das mulheres

As mulheres dos planaltos andinos de Cocapata, Bolívia, desempenham um papel de liderança no restabelecimento de formas camponesas de agricultura, ao mesmo tempo que constroem conexões inovadoras com a população urbana. Ao fazer isso, criam sistemas agrícolas que não apenas alimentam a comunidade e regeneram seus recursos naturais, mas também apoiam populações vulneráveis da cidade, que têm garantido o acesso a alimentos seguros e saudáveis durante a pandemia da Covid-19.

Lidia Paz Hidalgo

Foto: Cenda



**A**s comunidades rurais da Bolívia estão ameaçadas pela introdução de fertilizantes químicos, sementes certificadas, avanço de monoculturas e efeitos das mudanças climáticas. Isoladamente ou combinados, esses fatores estão levando à degradação dos recursos naturais. Para reverter essa tendência, as comunidades do município de Cocapata se engajaram na luta pela soberania alimentar. Para tanto, encamparam a Agroecologia como um meio de reafirmar seu modo de vida camponês, bem como para resistir ao sistema capitalista, que busca aprisionar os pequenos produtores em ciclos viciosos de dependência, enquanto canaliza os lucros para as corporações multinacionais.

As famílias dessas comunidades camponesas chegaram a plantar grande diversidade de batatas nativas, que agora estão desaparecendo devido à pressão por padronização exercida pelos mercados, que em geral valorizam poucas variedades. Essa tendência foi acentuada por leis e regulamentações que, desde os anos 1980, exigem que as sementes sejam certificadas e penalizam a venda de sementes crioulas registradas.

### Recuperando a diversidade de batatas

A batata costuma ser reproduzida a partir de seu tubérculo (embora o tubérculo seja muitas vezes erroneamente chamado de *semente de batata*), que produz plantas idênticas e, portanto, não contribui para a diversificação biológica da espécie. No entanto, as batatas também podem ser produzidas usando as sementes dos seus pequenos frutos. As plantas cultivadas a partir dessas sementes dão origem a tubérculos geneticamente diversos. Dessa forma, características de variedades há muito perdidas podem ser recuperadas. De 2017 a 2019, o Centro de Comunicação e Desenvolvimento Andino (Cenda) e as comunidades de Cocapata se envolveram em um processo de experimentação para recuperar essas variedades a fim de fomentar a biodiversidade e desenvolver materiais mais adaptados às variações do clima que tendem a se acentuar com a mudança climática global. Esse processo não é simples. No início, as batatas são muito pequenas. No entanto, por meio de tentativas e erros, foi possível produzir batatas com dimensões adequadas para o consumo.

É preciso também considerar que não é apenas o tamanho da batata que importa. Contando agora com mais de 100 variedades, as comunidades podem selecionar e cruzar variedades de acordo com suas próprias preferências e valores, como sabor, saúde e resistência a doenças e geadas. Também podem produzir e armazenar suas próprias sementes para a produção, eliminando a necessidade de comprar tubérculos, conferindo assim maior autonomia às comunidades. Como disse um dos camponeses: *A gente saía perden-*

*do na compra de tubérculos certificados, até contraímos dívidas com as empresas que os vendem. É por isso que agora estou produzindo sementes de mak'unku por conta própria. Com isso vamos avançando.*

**Nas mãos das mulheres** As mulheres camponesas em Cocapata desempenham um papel de liderança no fortalecimento e na expansão da prática de cultivo e manejo de variedades de batata, tanto dentro como fora da região. Um importante instrumento são as feiras de batata, onde elas expõem e trocam mais de 160 variedades. Embora a troca de sementes seja uma prática antiga na Bolívia, ela se tornou menos comum com o passar dos anos.

Por meio das feiras de sementes, as trocas solidárias foram revitalizadas. Camponeses e outros membros das comunidades rurais têm agora a oportunidade de expor e trocar variedades de batata de diversas cores, sabores, texturas e propriedades medicinais. Realizam mais trocas e quem detém a maior diversidade recebe prêmios, muitos dos quais conquistados por mulheres.

Apesar do sucesso no cultivo de diversas variedades de batata e na sua disseminação em feiras, alguns desafios permanecem. Um deles se refere à demanda dos mercados comerciais. A maioria das batatas é vendida para mercados regionais na cidade vizinha de Quillacollo ou por meio de intermediários que chegam às comunidades com caminhões. Nesses mercados, existe uma forte preferência pela variedade *waycha*. Além disso, as batatas precisam ter um determinado tamanho para serem processadas nas cidades principalmente por redes de *fast food*. Essa demanda seletiva a uma só variedade desestimula as comunidades a se dedicarem ao cultivo diversificado, o que por sua vez as expõe aos riscos inerentes associados ao cultivo de apenas uma variedade: vulnerabilidade a variações climáticas, doenças, pragas e flutuações nos preços de mercado.

### Adversidades dos mercados e a pandemia

Além da seleção de batatas, as mulheres também desempenham um papel importante na experimentação de novos vegetais. Muitas delas têm receio de consumir os vegetais disponíveis no mercado, que são produzidos em grandes propriedades nas regiões de vale com elevado uso de agrotóxicos, além de se tornarem caros em algumas épocas do ano. Com a produção de hortaliças menos comuns na região, as mulheres têm conseguido reduzir a dependência dos mercados para alimentar suas famílias com alimentos frescos, saudáveis e diversificados. Ao utilizar partes da propriedade rural com diferentes altitudes e microclimas, bem como estabelecendo pequenas estufas, as mulheres conseguem cultivar maior diversidade de variedades com diferentes necessidades em termos de água, solo, temperatura e sombra.

Entre as espécies que as mulheres experimentaram, estão: alface, cenoura, cebola, repolho, rabanete, salsa, aipo, acelga, beterraba, nabo, fava e ervilha. Elas aprenderam a cultivar essas *novas* culturas ao trocar conhecimentos com outras mulheres da comunidade, mas também internacionalmente. Victoria Quispe, uma das líderes camponesas da comunidade, trouxe para casa o conhecimento adquirido durante uma visita à Guatemala: *Antes eu nem sabia produzir minhas próprias verduras. Eu aprendi com minhas viagens. Não funcionou da primeira vez porque semeei muito cedo. Agora está dando certo e não preciso mais comprar no supermercado de Quillacollo.* As mulheres também experimentam práticas agroecológicas, como o melhoramento do solo com o uso de esterco de ovelhas, lhamas e alpacas e o manejo de pragas e doenças usando extratos de plantas, cinzas, minerais e armadilhas para insetos.

As hortas não apenas desempenham um papel importante na alimentação diária das famílias camponesas, como são cruciais em tempos de crise. Durante a atual pandemia da Covid-19, o transporte entre as cidades e o campo foi severamente restringido. Agora que as famílias produzem seus próprios alimentos, não precisam se deslocar para a cidade para adquiri-los. Além disso, durante a pandemia, muitas famílias que haviam migrado para as cidades voltaram temporariamente para o campo, onde sabiam que teriam acesso aos alimentos produzidos pela comunidade. A pandemia também motivou muitas famílias que antes não tinham uma horta a organizar a sua.

### Reciprocidade entre campo e cidade

Embora as batatas e os vegetais sejam importantes para a alimentação das famílias e comunidades rurais, também desempenham um papel na garantia de alimentos para as populações vulneráveis da cidade. Nas últimas décadas, muitas pessoas de comunidades rurais migraram para as cidades em busca de melhores empregos, educação e oportunidades de subsistência para si e seus filhos.

No entanto, ao se estabelecerem nas cidades, a população rural - especialmente as mulheres - vivencia situações de vulnerabilidade. Há poucas pessoas a quem recorrer, os empregos são de risco e a insegurança alimentar bate à porta. A maioria das famílias migrantes se estabelece na periferia de cidades de tamanho médio, como Vinto e Quillacollo, e ganha a vida como vendedores informais de refrigerantes, legumes ou sorvete. Alguns continuam a manter uma horta em suas comunidades rurais. Santiago Bautista é um deles: *Fico feliz em produzir meus próprios repolhos, cenouras e cebolas para compartilhar com minha família. Estou feliz por ter minha própria pequena estufa.* Além dos vegetais, as batatas também vão para as cidades para serem processadas e serem vendidas como *chuña* ou *tunta*, método tradicionalmente usado

pelos Quechua e Aimará para desidratar as batatas para que possam ser guardadas por anos.

O campo também apoia pessoas vulneráveis na cidade por meio de uma rede de relações recíprocas. Muitas mulheres que cultivam vegetais no campo dividem seus produtos com seus parentes nas cidades. As famílias que moram no campo que não cultivam hortaliças também recebem de outros membros da comunidade, seja como presente, por meio da troca de outros produtos ou comprando por preços muito baixos e depois repassando para parentes na cidade.

### Resgate do conhecimento ancestral

Com a diversificação dos sistemas de produção, as comunidades de Copacata também voltaram a valorizar o conhecimento e as práticas de manejo ancestrais. Até cerca de 5 ou 10 anos atrás, os camponeses manejavam suas propriedades usando um rígido ciclo de rotação. Após um ou dois ciclos de cultivo da batata, a terra era deixada em pousio por um período de 10 a 15 anos. No entanto, devido à pressão para atender a demanda do mercado, os agricultores não seguem mais esses princípios de manejo da terra. As batatas agora são cultivadas por até 3 anos consecutivos, prática que gerou problemas de doenças, que permanecem latentes no solo por muitos anos. O cultivo mais intensivo da batata também está esgotando a fertilidade do solo e levando os produtores a usar fertilizantes químicos que, por sua vez, degradam e contaminam ainda mais o terreno de cultivo.

Para reduzir a pressão sobre a terra, as famílias agricultoras estão introduzindo variedades ou espécies mais adaptadas ao clima atual. Estas são consorciadas, plantadas em diferentes períodos da estação ou cultivadas em diferentes altitudes. Leguminosas como o *tarwi*, que fixam nitrogênio, também são incorporadas aos ciclos de rotação. Essas novas práticas são baseadas em conhecimentos ancestrais. A partir da observação de certos indicadores, como a floração do cacto, o uivo das raposas, a coloração de certas algas, o padrão das nuvens e a umidade sob as pedras, as previsões climáticas são feitas para decidir o melhor momento e a localização ideal para determinadas plantações. As famílias agricultoras observam e adaptam constantemente esses indicadores em resposta aos impactos das mudanças climáticas. Assim, ao resgatar conhecimentos ancestrais e combiná-los com novas práticas agroecológicas, as comunidades rurais tornam-se mais habilitadas para enfrentar os desafios da globalização e das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que se alimentam e alimentam as populações urbanas.

Lidia Paz Hidalgo

técnica agrícola do Cenda e trabalha com mulheres camponesas na Bolívia  
agrolpaz@yahoo.es

É comum eu ser questionada quando vinculo equidade de gênero e feminismo à Agroecologia. Seja por pareceristas durante a revisão científica de artigos por pares, ou nos círculos políticos, muitas vezes me perguntam “o que isso tem a ver com Agroecologia”? A resposta, na minha opinião, é tudo – sem discutir gênero e outras iniquidades sociais e desenvolver novas formas de organização que aborde a injustiça, a Agroecologia seria simplesmente uma forma ambientalmente amigável de agricultura, que imita sistemas naturais, aumenta a biodiversidade e reduz o uso de agrotóxicos. Mas não resolveria as iniquidades e injustiças fundamentais que estão no cerne dos sistemas alimentares dominantes.

Fui coautora do relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível das Nações Unidas sobre Agroecologia e outras abordagens inovadoras para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Nele, destacamos como a atenção à dinâmica do poder é uma das formas fundamentais de diferenciar a Agroecologia de outras abordagens agrícolas voltadas para promover práticas mais sustentáveis. Não se trata apenas da desigualdade de gênero, mas das muitas e muitas camadas de iniquidades sociais inerentes ao sistema alimentar. O termo interseccionalidade, cunhado pela estudiosa feminista Crenshaw, refere-se às formas sobrepostas e interativas pelas quais raça, sexualidade, classe, gênero e outras categorias identitárias atuam como fontes de poder e formas de opressão nos níveis individual, comunitário e institucional.

A Agroecologia vai além de um conjunto de práticas e abordagens para garantir benefícios ecológicos da agricultura, ao orientar a construção de um sistema alimentar justo e igualitário. Portanto, a Agroecologia não trata apenas do cultivo de alimentos, mas também das relações de poder nos sistemas alimentares. Embora a noção de Agroecologia transformadora enfatize fatores políticos e econômicos que moldam o sistema alimentar, ainda há pouca atenção às dinâmicas de poder dentro das famílias e comunidades que empregam abordagens agroecológicas. Se a Agroecologia está levando ao aumento da carga de trabalho para as mulheres em detrimento da saúde e do bem-estar delas, ou está deixando de pensar nos trabalhadores rurais e suas famílias, não está de fato sendo socialmente transformadora.

Uma perspectiva feminista para a Agroecologia é, portanto, aquela que integra a atenção às iniquidades às abordagens agroecológicas e se empenha em colocar a justiça social no centro dos esforços para mudar valores e processos. Quais são as implicações de práticas específicas para o tempo, o trabalho e o lazer das pessoas? Como são compartilhadas as decisões e tarefas sobre o que plantar, como gerir o estabelecimento familiar, como cuidar dos membros da família e o que fazer com a produção? Os benefícios da produção agroecológica são compartilhados dentro e entre famílias e comunidades? As pessoas estão sendo exploradas?

Em nosso trabalho no Malawi, em colaboração com a *Solos, Alimentos e Comunidades Saudáveis* (SFHC, sigla em inglês), uma organização sem fins lucrativos liderada por agricultores e agricultoras, examinamos como a Agroecologia pode reparar fissuras sociais criadas no sistema alimentar falido de hoje, incluindo as relações de gênero. Esforços nesse sentido não são simples e não se fazem sem luta. Mas podem proporcionar mudanças reais e significativas à medida que as famílias agricultoras usam métodos agroecológicos não só para reparar o solo, mas também para reparar e enfrentar as iniquidades nas famílias e comunidades.

#### Rachel Bezner Kerr

é professora da Universidade de Cornell (EUA), no Departamento de Desenvolvimento Global. [rbeznerkerr@cornell.edu](mailto:rbeznerkerr@cornell.edu)

#### Referências

BEZNER KERR, Rachel; HICKEY, Catherine; LUPAFYA, Esther; DAKISHONI, Laifolo. Repairing Rifts or Reproducing Inequalities? Agroecology, Food Sovereignty, and Gender Justice in Malawi. *Journal of Peasant Studies*, vol. 46, no. 7, p. 1499–1518, 2019.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). *Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition*. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: [http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/hlpe/hlpe\\_documents/HLPE\\_Reports/HLPE-Report-14\\_EN.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-14_EN.pdf).



# Por uma Agroecologia feminista e reparadora



# “A Agroecologia na África tem um rosto feminino”

Foto: Ben Chandler

Educadora comunitária e ativista pela justiça alimentar, Leonida Odongo tem um vasto conhecimento sobre a realidade dos agricultores na África. Nesta entrevista, ela fala sobre o impacto da Covid-19 sobre as mulheres na África e a importância do *tafakari*, ou seja, da reflexão com os agricultores sobre suas próprias experiências. “Está ficando claro que o futuro é agroecológico”.

Por Leonardo van den Berg e Janneke Bruil

**Como a Covid-19 afetou as mulheres na África?** As medidas de prevenção e controle da transmissão da Covid-19 no Quênia exigiam que os agricultores tivessem uma permissão para transportar alimentos de um condado para outro. Situação que ocorreu logo no início da pandemia no Quênia, em março de 2020. Porém, muitos agricultores (particularmente mulheres) não podiam pagar para obter essa autorização. Feiras foram fechadas para conter a pandemia. Foi um problema grave, pois as feiras são um dos principais meios de subsistência das mulheres. As restrições foram implementadas de forma violenta, com o uso, por exemplo, de gás lacrimogêneo para dispersar os comerciantes. Devido à crise financeira e pelo fato de as pessoas terem que ficar em casa, houve também mais conflitos nos lares, o que têm contribuído para um aumento da violência doméstica baseada especificamente em gênero.

Essas restrições também levaram a aumentos nos preços dos alimentos para os consumidores. Outras determinações restringiam a circulação de pessoas entre os municípios, o que levou as famílias, especialmente as de assentamentos informais, a terem grandes dificuldades em obter alimentos. Alguns assentamentos foram completamente fechados. Enquanto o governo anunciava que os alimentos seriam fornecidos, os administradores locais controlavam o alimento e só o distribuía às pessoas que os apoiavam politicamente. Isso levou a comícios e manifestações, por exemplo, em Eastleigh, onde as pessoas gritavam “Você não pode nos prender e nos negar comida”, devido a um bloqueio que o governo impôs, restringindo a entrada e saída da região devido aos crescentes casos de Covid-19.

Além disso, muitas empresas da capital e de outras cidades fecharam. Os funcionários não receberam seus salários e não puderam enviar dinheiro para as áreas rurais – fonte de renda fundamental para muitas famílias rurais. Isso significava que os agricultores que dependiam dessas remessas não conseguiram preparar suas terras para o cultivo a tempo.

Essa situação foi agravada por uma infestação de gafanhotos durante o período da pandemia. A principal medida do governo foi a pulverização aérea que, sabemos, tem efeitos negativos em termos de mudanças climáticas e toxicidade. Os agricultores não receberam apoio para mitigar os impactos, tanto da pandemia quanto da infestação de gafanhotos.

**Qual é o maior desafio para os agricultores africanos?** As empresas do agronegócio descobriram que a produção de comida é uma atividade bilionária e estão cada vez mais presentes no campo. Mesmo nas comunidades rurais mais remotas do Quênia, agora você encontrará

lojas que vendem fertilizantes químicos, pesticidas e sementes comerciais.

As empresas do agronegócio tentam convencer os agricultores a usar agrotóxicos, alegando que facilitam o trabalho e contribuem para o aumento das produções. No entanto, o que eles não dizem é que os agrotóxicos destroem a biodiversidade, intoxicam o solo, matam minhocas, borboletas, abelhas e outros organismos. Pesquisas feitas no Quênia encontraram níveis alarmantes de agrotóxicos em alimentos frescos, o que é parcialmente responsável pelo aumento do câncer e outras doenças devido aos seus componentes cancerígenos.

Muitos dos agrotóxicos disponíveis no Quênia foram abolidos por lei em outros países. Infelizmente, a legislação frágil da África está levando o continente a se tornar refúgio para o que não é mais útil em outras partes do mundo.

## Como você discute essa questão com as comunidades?

Usamos o *tafakari*, uma palavra suaíli que significa reflexão. Ao trabalhar com os agricultores, você não pode demonizar suas formas de produção e o que eles estão usando sem apresentar alternativas.



## PERFIL

Leonida Odongo é ativista e educadora. Milita nos campos da Agroecologia, feminismo, direitos humanos e justiça social no Quênia. Além de realizar assessoria técnica, jurídica e política a comunidades rurais e organizações de base, também desempenha um papel ativo na Aliança para a Soberania Alimentar na África (Afsa, na sigla em inglês), na Marcha Mundial das Mulheres Quênia e África e no Mecanismo da Sociedade Civil para o Comitê Mundial de Segurança Alimentar. Atualmente, Leonida coordena as atividades da *Haki Nawiri Afrika*, uma iniciativa voltada à promoção da justiça social entre estudantes universitários, agricultores familiares e comunidades impactadas negativamente pelas mudanças climáticas. E-mail: [leonida.odongo@gmail.com](mailto:leonida.odongo@gmail.com)

## AGROECOLOGIA E FEMINISMO > ENTREVISTA

Por isso, realizamos sessões comunitárias onde os agricultores são capazes de refletir e compartilhar suas experiências. Os agricultores costumam me dizer que há 10 ou 20 anos eles cultivavam alimentos sem usar nenhum produto químico. Agora eles usam agrotóxicos: antes da semeadura, quando as culturas estão crescendo e até mesmo durante a colheita. Muitas vezes eles dizem que, embora esses produtos químicos tenham aumentado a produção inicialmente, agora as colheitas estão diminuindo.

Esse é um ponto de partida para discutirmos várias questões. Por exemplo, a fertilidade do solo. Pedimos aos agricultores que tragam um pouco de terra de sua área de trabalho e observem quantas folhas, minhocas e outros organismos podem encontrar nela. Se não há folhas, não há microrganismos. Se não há minhocas, significa que foram mortas pelos produtos químicos. Sem folhas e organismos também significa que não há húmus no solo. Em seguida, refletimos com os agricultores sobre a importância dos microrganismos e do húmus para a manutenção da fertilidade do solo.

Também usamos o teatro para provocar reflexão. Por exemplo, eles assumem o papel de abelhas, borboletas, agricultores ou empresas químicas e cada ator compartilha como os agrotóxicos os impactaram. No final, um juiz, que é a Mãe Terra, dá o veredicto. Dessa forma, o aprendizado é feito da maneira mais fácil possível. Após cada sessão, conversamos com o público para compartilhar suas experiências e discutimos sobre os desafios.

Em algumas de nossas reflexões com os agricultores, convidamos um artista ou músico para se expressar artisticamente e mostrar como é a relação entre arte e a forma como a comida é produzida atualmente. Os músicos podem tocar uma música sobre a vida tradicional na África e relacionar isso com o que está acontecendo agora. Por exemplo, agora há muito indi-

vidualismo. Costumava ser raro comprar sementes de uma loja, porque você sempre poderia obtê-las de seus vizinhos. A arte pode ser um ponto de partida para refletir sobre a mudança.

### Qual é o segredo para o sucesso dessa abordagem?

Os agricultores querem ver mudanças concretas. Então discutimos coisas com as quais eles podem relacionar. A beleza disso é que construímos coletivamente conhecimentos passados por meio de reflexões e experiências dos próprios agricultores. O que gostamos muito é o compartilhamento de conhecimento transgeracional, por exemplo, quando os agricultores idosos falam sobre as diferentes plantas que podem ser usadas para fazer fertilizantes orgânicos e quando os jovens participam dessas sessões para aprender com os agricultores mais velhos.

Também pedimos aos agricultores inovadores locais que venham falar sobre como eles produzem. Quando as plantações estão fracas, os agricultores perguntam: *por que suas plantações não estão morrendo como as minhas?* Essas trocas entre os agricultores deixam claro que as práticas tradicionais e agroecológicas de produção realmente funcionam. Também organizamos treinamentos práticos de fabricação de adubos, biofertilizantes ou repelentes naturais de insetos-praga, por exemplo, feitos de folhas e cascas da árvore *neem*. Não utilizamos muito a escrita e, em vez disso, focamos na escuta e nos intercâmbios práticos.

### Qual é o papel das mulheres e do feminismo nessas iniciativas?

A Agroecologia tem um rosto feminino. A maioria das pessoas que preparam a terra para o cultivo e estoam sementes são mulheres. Elas têm conhecimentos importantes para a Agroecologia. Infelizmente, quan-

Fortalecimento de lideranças femininas nos intercâmbios e reflexões sobre suas experiências.

Foto: Afsa





A maior parte das pessoas que trabalham a terra são mulheres. Mas quem controla os recursos?

Foto: Afsa

do se visita uma família na África, você percebe que os homens controlam a terra, o gado e as plantações de café ou chá. São consideradas culturas *masculinas*, enquanto as mulheres controlam as culturas que não dão dinheiro para a família, pois são voltadas principalmente para o autoconsumo. Ironicamente, são as mulheres que colhem chá e café e os levam para os moinhos para serem processados. Mas quando se recebe o dinheiro pela comercialização, são os homens que controlam esse dinheiro. Em alguns casos, quando os agricultores recebem algum bônus ou quando os preços das mercadorias sobem, os homens tendem a sair de casa, ir para a cidade mais próxima e gastar todo o dinheiro. Por isso, é importante iniciar um diálogo sobre a produção de alimentos e quem controla os recursos.

As rodas de conversa nas comunidades permitem que as mulheres tenham espaços seguros onde suas vozes e suas preocupações possam ser ouvidas. Esses ambientes de compartilhamento também oferecem oportunidades para que as mulheres reconheçam sua importância como mulheres, não apenas em termos de reprodução, mas também em termos de produção. Permitem que as mulheres tenham a oportunidade para interagir e falar sobre questões como violência doméstica, reprodução, saúde e educação ou discutir outras questões que afetam seus filhos.

O patriarcado está muito enraizado na cultura africana. E levará tempo para que isso mude. Nas comunidades, temos discussões sobre papéis de gênero na produção de alimentos e o trabalho em geral na propriedade e em casa. Perguntamos: por que isso está acontecendo? Qual é a contribuição econômica de cada pessoa em casa? Por que precisamos mudar? Nesses espaços, as mulheres explicam diretamente aos homens por que o patriarcado prejudica a produção de alimentos. Essa autoanálise é o início da mudança de papéis de gênero. Estamos vendo que os homens com quem trabalhamos estão mudando na forma como inte-

ragem com as mulheres. Mas muita coisa ainda precisa ser feita, não só no Quênia, mas em toda a África.

**Com tudo o que está acontecendo, o que te dá mais esperança para o futuro?** O que me dá esperança é que está ficando claro que o futuro é agroecológico. O surgimento de muitos problemas, incluindo novos patógenos como a Covid-19, está relacionado com a destruição dos ecossistemas. Isso dá visibilidade para a Agroecologia.

Outro aspecto que nos dá esperança é que mais espaços estão sendo criados para que as mulheres participem da tomada de decisão e que elas demonstrem ter uma grande habilidade na organização desses espaços. Para mudar a mentalidade das pessoas de forma estrutural, há a necessidade de redes femininas mais fortes, que contribuam para o desenvolvimento da liderança das mulheres rurais. E vemos que essa liderança está crescendo. A partir de rodas de conversa, conseguimos criar uma rede de mais de 300 mulheres no Leste do Quênia que trabalham com questões de Agroecologia. A campanha *Somos a solução*, liderada por mulheres na África Ocidental, é outro exemplo de uma forte rede liderada por mulheres que promove vozes femininas em processos políticos para a agricultura familiar. E no Sul da África, há a Assembleia das Mulheres Rurais (ver página 21).

Descobrimos que as mulheres se conectam com mais rapidez que os homens; já eles tendem a compartilhar mais facilmente. Eles têm mais espaços de interação, não só durante o trabalho na agricultura, mas também no mercado e em outros lugares. Claro, a ação com os homens também é importante. Você não pode resolver problemas relacionados ao patriarcado se você não incluir homens. Mas quando as mulheres se unem, aprendem umas com as outras e crescem juntas. Sabemos que mulheres organizadas são ousadas, resistentes e transformadoras.

# Na cosmologia Maia, a Agroecologia alimenta o espírito da vida

Na perspectiva dos povos Maia, que constituem a maioria da população da Guatemala, a Agroecologia pode ser entendida como um sistema de vida: um sistema que protege diferentes variedades de sementes e diversas práticas agrícolas nas quais todos os elementos vitais da natureza convergem e se sincronizam em harmonia. Avô Vento, Avó Água, Avô Fogo, Avó Lua, Avô Sol, Mãe Terra e Pai Celestial formam a família que dá vida ao planeta. A sincronia entre esses elementos e as pessoas promove uma forma de agricultura na qual todos estão conectados. Um elemento não pode viver sem o outro; cada um cumpre muitas funções que são sustentadas por outros elementos. Dessa forma, a Mãe Natureza gera produtos que nutrem não só os corpos vivos, mas também o espírito da vida.

Juana Patricia Sanic, Manuela Elizabeth Telón, David Humberto Paredes e Felix Atonio Archila

**A**s mulheres sempre desempenharam um papel importante na agricultura e na proteção dessa delicada harmonia com a natureza. Em uma história tradicional Maia de como a agricultura foi domesticada (ver Quadro na página 38), as mulheres aparecem como sendo as primeiras a plantar e colher seus próprios alimentos.

## A ascensão da agricultura moderna

Até a década de 1940, as amêndoas de cacau eram usadas como dinheiro na Guatemala. Elas eram consideradas altamente valiosas e também eram oferecidas aos deuses por seu sabor requintado e outras propriedades. Da mesma forma, as práticas de *trueque* (escambo) eram muito comuns. As famílias trocavam constantemente seus produtos agrícolas. Por exemplo, o milho era trocado por ervas ou o feijão por ovos.

Ao longo do século passado, porém, tudo mudou. Infelizmente, com a imposição do modelo econômico atual, a partir da década de 1940, a agricultura foi incorporada ao sistema de mercado e seu papel na sociedade passou a ser meramente comercial. Alimentos, antes produzidos para o preparo de comidas saudáveis, agora são produzidos predominantemente para gerar lucro através do comércio. A partir das décadas de 1950 e 1960, surgiram as empresas agroindustriais. Elas se consideravam donas do país, invadindo e se apoderando de terras de comunidades indígenas e camponesas para realizar a agricultura de grande escala.

A partir de 1960, a Guatemala passou por 36 anos tenebrosos de guerra civil, cujo centro era a luta pelo controle da política, do poder econômico e da posse da terra. Muitas comunidades camponesas e indígenas foram torturadas e massacradas e tiveram suas casas e aldeias incendiadas. O governo, o exército e as forças de segurança aplicaram a política de *Terra Arrasada*, que consistia na remoção dos plantios, das casas e das pessoas. Os documentos de propriedade dos povos indígenas e comunidades camponesas foram apagados para preparar o caminho para a expropriação e privatização de terras.



“Nossa identidade é nossa história e nossa história é nossa identidade”

Foto: Redsag

**A exploração de mulheres camponesas e indígenas** Durante mais de três décadas de guerra, milhares de mulheres morreram após serem estupradas por soldados, tendo sofrido vários tipos de tortura. Seus seios eram cortados para que não pudessem amamentar seus filhos, bebês foram extraídos de seus úteros. As camponesas e indígenas eram vistas como inimigas a exterminar, pois representavam a conexão com a vida e com a terra por meio de seus conhecimentos, suas práticas e sua capacidade de gerar e alimentar uma nova vida, que posteriormente poderia se tornar uma pessoa a se rebelar contra os que estão no poder.

Famílias indígenas e camponesas ficaram sem terra e sem as condições mínimas para levar uma vida digna. Tiveram que procurar proprietários de terras dispostos a fornecer moradia em troca de trabalho. Uma oferta muito atraente aos proprietários que poderiam contar com mão de obra não remunerada.

Basicamente, as comunidades camponesas e indígenas foram levadas à escravidão para sobreviver. Novamente, as mulheres foram as que mais sofreram. Proprietários de terras exploraram sua situação de vulnerabilidade para forçá-las a ter relações sexuais. A recusa significava que as famílias corriam o risco de ser despejadas, despojadas de suas casas ou de ter que trabalhar mais ou fazer tarefas mais pesadas. Os proprietários de terras não viam as mulheres como seres humanos, mas como objetos sexuais.

Embora os abusos extremos tenham ficado para trás, a violência contra as mulheres rurais não desapareceu. Os direitos humanos, especialmente os das mulheres camponesas e indígenas, seguem sendo constantemente violados por grupos da elite e grandes corporações na Guatemala. Os governos municipais, estaduais e nacionais se curvam às demandas das empresas, pois são elas que financiam suas campanhas políticas, ajudando a manter um sistema de exploração, submissão e desigualdade no país.

**Promoção da Agroecologia gera mais equidade** No período de que nos falamos nossos avós e avós Maia, a agricultura era uma prática cultural da qual mulheres, homens, jovens, velhos e crianças participavam sem qualquer discriminação. Um dos objetivos mais importantes da Rede Nacional pela Defesa da Soberania Alimentar na Guatemala (Redsag) é resgatar essa prática e defender os direitos das mulheres. Romper com o sistema racista e patriarcal que sustenta a sociedade guatemalteca é um grande desafio. No entanto, estamos nos esforçando para isso, restaurando o equilíbrio entre mulheres, homens, fauna, flora e os elementos que conformam a visão de mundo Maia, a qual nos ensina que *nossa identidade é nossa história e nossa história é nossa identidade*.

Anos de patriarcado e guerra civil aumentaram as desigualdades. A Agroecologia, no entanto, é enraizada

## AGROECOLOGIA E FEMINISMO > COSMOVISÃO

da na crença de que todos podem semear, trabalhar a terra, colher e cozinhar produtos de suas próprias áreas de cultivo. Acreditamos que, ao fomentar o fazer agroecológico, alcançaremos uma distribuição mais justa da pesada carga de trabalho doméstico. Às vezes, as mulheres nas comunidades participam das reuniões, enquanto os homens cuidam da família. Há homens que aprenderam a cozinhar e que estão assumindo esse trabalho com mais frequência do que antes. Essas são mudanças importantes. Aos poucos vamos conscientizando as pessoas para transformar a realidade. A Redsag aumenta a sensibilização por meio de capacitações em escolas, igrejas, com a mídia e por meio de ações de incidência política. É uma tarefa árdua, mas necessária; estamos também trabalhando para a adoção nacional de políticas públicas que protejam os direitos das mulheres.

Também estamos capacitando mulheres como *agrofeministas*, com foco na preservação e na promoção do conhecimento cultural, tradicional e ancestral, unindo nossas vozes em defesa dos bens naturais.

Estamos organizando bancos de sementes crioulas e nativas em todos os territórios do país. Nosso objetivo é desenvolver capacidades no domínio da Agroecologia e da economia comunitária para homens e mulheres, incentivando os homens a ceder espaços pelos quais as mulheres continuam a lutar.

Na visão de mundo Maia, existe o entendimento de que homens e mulheres possuem os mesmos direitos. Eles são complementares na manutenção da harmonia de um sistema de vida que está em equilíbrio com todos os sistemas de vida que nos rodeiam. Somente revitalizando e protegendo o conhecimento e a prática ancestral de nossos avôs e avós seremos capazes de respeitar tudo ao nosso redor e nos conectar às nossas próprias formas tradicionais de interagir com o *saber espiritual* do planeta.

Juana Patricia Sanic, Manuela Elizabeth Telón, David Humberto Paredes, Felix Atonio Archila

As e os autores trabalham na Rede Nacional pela Defesa da Soberania Alimentar na Guatemala (Redsag).  
redsag@gmail.com

## Como a agricultura foi domesticada - uma antiga história Maia

*Os anciãos Maia contam que, quando seu povo era nômade, os homens eram responsáveis pela busca de alimentos para a família nas selvas montanhosas. As mulheres, por sua vez, eram responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela preparação dos alimentos.*

*Houve uma época em que as mulheres desejavam encontrar uma maneira de impedir que seus maridos tivessem que sair sempre para caçar, mas não conseguiam pensar em nada que pudesse mantê-los em casa. Como povos nômades, eles se estabeleciam em lugares onde havia a possibilidade de estocar comida e água. Em um desses acampamentos, durante a estação de chuvas, os homens não saíram à caça por muito tempo.*

*Como de costume, as mulheres tinham um lugar perto de casa para jogar fora as sobras da cozinha, como uma pilha de compostagem. Nesse local elas também despejavam resíduos de animais, como esterco. O esterco continha sementes de diferentes variedades, mas as mulheres, acostumadas ao estilo de vida de povo caçador-coleto, não lhes davam atenção.*

*Um dia, uma mulher percebeu que, com as chuvas recentes, várias sementes jogadas em um monte de resíduos orgânicos haviam começado a germinar. Ao perceber as mudas, ela decidiu transplantá-las uma a uma no pátio ao redor de sua casa, curiosa para saber como elas se desenvolveriam. Todos os dias ela se aproximava das mudas e falava com elas com ca-*

*rinho. Ela dava a elas atenção constante, tinha muito amor por elas e as viu crescer.*

*Com o passar dos dias, as sementes deram muitos tipos diferentes de plantas, como resultado da grande diversidade de sementes que a mulher havia jogado sobre os resíduos orgânicos. Algumas sementes eram de hortaliças, outras de frutas, outras eram variedades de madeiras preciosas encontradas nas montanhas. Foi assim que a mulher descobriu que todas as plantas nas montanhas crescem a partir de sementes, até de sementes muito pequenas em alguns casos. Ela disse ao marido para procurar sementes para semear perto de casa, mostrando-lhe o que ela havia descoberto. O homem, impressionado com o crescimento das mudas, felizmente disse à esposa que a ideia dela era ótima. Daquele momento em diante, ele passaria seu tempo procurando sementes e ajudando sua esposa a plantá-las perto de casa.*

*A mulher também disse ao marido que, em vez de caçar animais, seria melhor se ele pudesse procurar filhotes para criar em casa. Dessa forma, eles poderiam ter vários alimentos perto de casa sem a necessidade de sair para caçar. Ele fez isso e também começou a procurar uma gama diversificada de sementes, incluindo plantas medicinais, árvores e variedades de frutas e hortaliças. Essa é a história Maia de como a agricultura foi domesticada pelas mulheres.*

Na América do Norte, a economia tradicional indígena sempre esteve profundamente enraizada na compreensão cultural da reciprocidade, do cuidado, das relações e da abundância inata de sistemas ecológicos vivos. Cultivava-se e colhia-se alimentos com a crença de que os humanos faziam parte do sistema vivo e que eles deviam cuidar da terra que, por sua vez, cuidaria deles. Nossas sementes preciosas eram muitas vezes cuidadas pelas mulheres, que cultivavam a terra com carinho enquanto cantavam e rezavam em nome das gerações futuras. Nossos ancestrais tinham redes comerciais regionais e intertribais vibrantes para trocar sementes, alimentos, artesanato e outras necessidades. Nesse sentido, eram espaços de compartilhamento social e cultural.

Os povos indígenas das Américas domesticaram algumas espécies agrícolas mais valiosas do mundo, como o milho, feijão, abóbora, batata, tomate e cacau. Os sistemas alimentares indígenas também incluíam peixes, caça e espécies silvestres altamente nutritivas. Infelizmente, os programas de modernização do governo dos EUA substituíram alimentos e dietas tradicionais por *commodities*, como trigo, açúcar e gorduras industrializadas. Como a comida é central para as culturas indígenas, muitas comunidades também perderam o conhecimento e as habilidades para o cultivo e o preparo desses alimentos, bem como as cerimônias e rezas que acompanhavam cada estação do ano. Atualmente, os impactos da colonização sobre as culturas alimentares devastaram a saúde e os meios de vida das comunidades tradicionais.

A mudança da visão de mundo relacional que fundamenta as economias indígenas para uma visão de mundo de exploração predatória e capitalista que considera tudo — terra, água, plantas, animais — como uma mercadoria a ser explorada para obter lucro tem sido devastadora. O sistema alimentar industrializado está embutido na lógica econômica baseada em ganhos de curto prazo, sem levar em conta as consequências ou relações de médio-longo prazos. Isso levou ao mau uso de nossas sementes ancestrais, que as corporações sentem que podem alterar e manipular geneticamente, em detrimento do valor nutricional, da soberania e da resiliência das sementes.

Acreditamos que a recuperação da cultura indígena está indissociavelmente ligada à revitalização de nossas sementes e sistemas alimentares tradicionais. Cultivar alimentos ancestrais ajuda os povos indígenas a se curarem do trauma histórico, a lembrar quem somos e a honrar nossos acordos recíprocos de cuidar de nossa Mãe Terra. Na *Aliança Nativa Americana pela Soberania Alimentar* (Nafsa, na sigla em inglês), nosso trabalho incorpora a revitalização de sistemas alimentares tradicionais, centrados na natureza e que honram a dinâmica relacional de nossos alimentos com a biodiversidade. Por meio da nossa Rede de Guardiões de Sementes Indígenas, organizamos intercâmbios, oficinas e o repatriação de sementes indígenas desde instituições de pesquisa para suas comunidades de origem. O Programa Culinário da Nafsa combina chefs nativos em treinamento com chefs nativos mais experientes.

Recuperar a tradição alimentar reforça iniciativas comunitárias, como a imersão linguística, a revitalização de ritos culturais de passagem e outras iniciativas profundamente espirituais enraizadas na cultura. Ao cultivar, cozinhar e compartilhar nossos alimentos ancestrais, estamos literalmente reindigenizando nossos corpos de dentro para fora. Como povos indígenas, nossas sementes e alimentos tradicionais nos ajudam a nutrir as histórias que nos fazem quem somos.

*A Nafsa é uma rede estadunidense de líderes indígenas dedicada a restaurar sistemas alimentares, reforçando a autodeterminação tribal, o bem-estar da comunidade e a reconstrução das relações com a terra, a água, as plantas e os animais.*

**Diane Wilson** é diretora executiva da Nafsa.

**Rowen White** é Diretor de Programa da Nafsa e fundador da *Sierra Seeds*.

**Elizabeth Hoover** é professora associada em Berkeley, Universidade da Califórnia e membra do Comitê Executivo da Nafsa.  
diane@nativefoodalliance.org



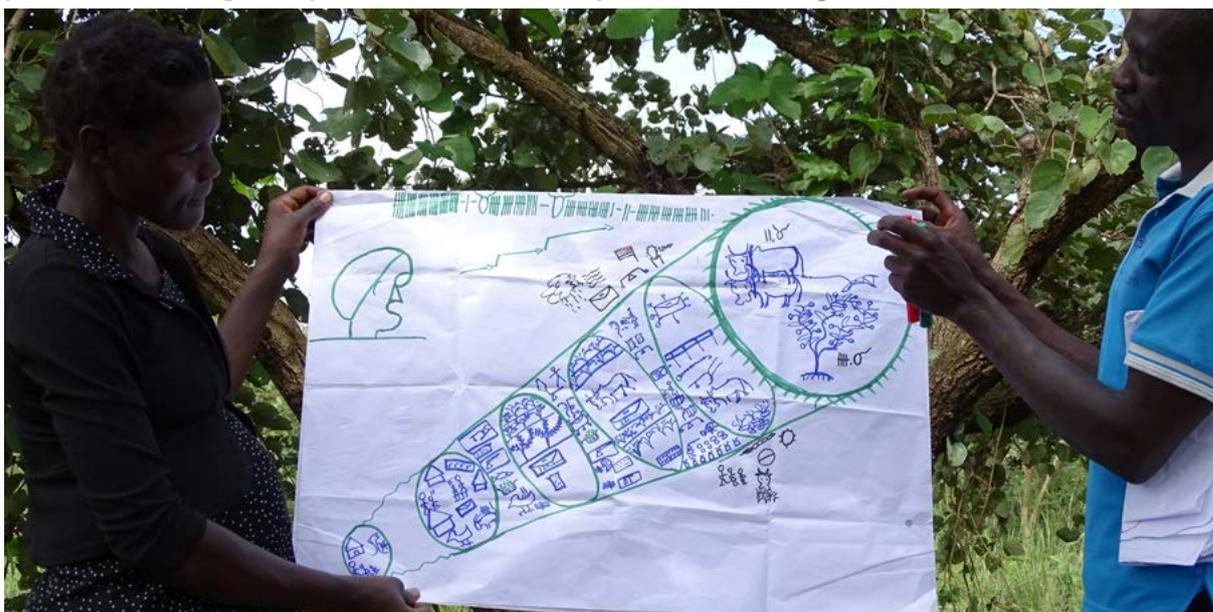
## Recuperando as economias alimentares indígenas

# Promovendo a equidade por meio da Agroecologia em Uganda

A Agroecologia como nova abordagem para lidar com as desigualdades em Uganda está gerando resultados interessantes. Ao usar ferramentas de reflexão culturalmente apropriadas, mulheres e homens rurais estão fortalecendo suas práticas agroecológicas enquanto desafiam normas socioculturais. No contexto das mudanças climáticas e da pandemia da Covid-19, adotam estratégias coletivas para garantir sistemas alimentares equitativos e resilientes.

Joshua Aijuka, Robert Guloba, Denis Okello e Mary Baganizi

Abuko Harriet e seu marido Edielu Daniel, do subcondado de Otuboi, Uganda, exibem a perspectiva da família para os três anos seguintes pelo modelo "Visão de Trajeto". Foto: Pelum Uganda



Desde 2018, as comunidades Acholi e Teso, respectivamente no Norte e Leste de Uganda, vêm resgatando e desenvolvendo práticas de cultivo e uso de alimentos tradicionais e silvestres. Para desenvolverem suas estratégias de ação, analisaram suas realidades com base em ferramentas metodológicas relativamente simples que integram o método *Sistemas de Aprendizagem de Ação em Gênero* (Gals, na sigla em inglês). Para superar alguns dos desafios identificados, ambas as comunidades desenvolveram ações práticas tais como a domesticação de alimentos silvestres, a criação de bancos de sementes comunitários e a organização de feiras de sementes

e alimentos tradicionais. Essas ações foram definidas em planos de ação comunitários, sendo consideradas parte fundamental das estratégias para a superação das desigualdades de poder entre homens e mulheres.

**Mulheres na agricultura em Uganda** Tradicionalmente, as mulheres no Norte de Uganda estão envolvidas em várias atividades agrícolas, desde a produção até o processamento, o transporte e a venda. A migração masculina para as cidades aumentou ainda mais a carga de trabalho das mulheres e meninas, que também são responsáveis por preparar a alimentação das famílias e por outros serviços de cuidado não remunerados.

Em comparação com os homens, a maioria das mulheres agricultoras não tem acesso a recursos adequados para o trabalho agrícola. Nos últimos cinco anos, o governo empreendeu alguns esforços para promover a tração animal e a mecanização nas unidades agrícolas. Mas pouco fez para lidar com as barreiras culturais que impedem que as mulheres sejam proprietárias de tais recursos produtivos. O poder de decisão das mulheres sobre a gestão dos sistemas de produção é também limitado. Cerca de 65% das agricultoras têm pouco controle sobre os ganhos de suas atividades produtivas.

A crise da Covid-19 aumentou ainda mais o fardo sobre as mulheres rurais na produção de alimentos, já que muitos familiares retornaram às áreas rurais buscando refúgio durante a pandemia. O acesso a recursos agrícolas vitais, como sementes, conhecimento e mercados, foi severamente prejudicado durante o período inicial de confinamento. As práticas tradicionais de armazenamento de sementes também foram afetadas, uma vez que muitas famílias foram levadas a consumir seus estoques para assegurar a alimentação. O agravamento dos problemas financeiros e o fato de os homens agora passarem mais tempo em casa do que o normal também contribuíram para o aumento dos níveis de violência doméstica.

**Defendendo uma mudança de perspectiva** Desde 2018, cerca de três mil famílias de Teso e Acholi têm utilizado o método Gals como abordagem de ação. Essa parte do país é conhecida por seus campos de savana e longos períodos de seca, o que torna as práticas de manejo agroecológico particularmente relevantes. Quando comparados aos agricultores da região central de Uganda, os agricultores nessas regiões geralmente têm níveis mais baixos de educação formal, dispõem de poucos recursos produtivos e possuem limitado acesso a serviços e infraestruturas. Em tempos de crise, como secas prolongadas, chuvas fortes, surtos de insetos-praga (como a recente invasão de gafanhotos) ou a atual pandemia da Covid-19, muitas famílias recorrem à venda de recursos produtivas.

Com o uso dos Gals, os agricultores começaram a refletir sobre os papéis e as responsabilidades dentro de suas famílias relacionadas ao acesso e à propriedade dos recursos, ao mesmo tempo em que desenvolviam capacidade técnica em práticas agroecológicas. Um pequeno número de comunidades participantes já estava experimentando práticas agroecológicas em pequena escala, mas todas eram novas na metodologia dos Gals.

Processos de aprendizagem entre pares (estilo agricultor a agricultor) fundamentam o método. Os chamados *campeões*<sup>1</sup>, homens ou mulheres, são os que aprenderam a usar as ferramentas dos Gals para então capacitar outras pessoas em sua comunidade. Os campeões masculinos

foram expressamente selecionados para serem agentes de mudança entre seus colegas homens. Essa parte do processo exigiu bastante paciência. Foram identificados apenas alguns homens que tinham um relacionamento com suas esposas em que a tomada de decisão é igualitária e que estavam realmente dispostos a gradualmente buscar transformar as compreensões e atitudes de seus colegas.

Além de aprofundarem seus conhecimentos e práticas agroecológicas (principalmente em compostagem, planejamento do estabelecimento agrícola, diversificação produtiva, agrofloresta, captação e armazenamento de água da chuva, manejo da fertilidade do solo, integração lavoura-pecuária, banco de sementes comunitário e manejo integrado de insetos-praga), os membros da comunidade começaram a incorporar ferramentas dos Gals no processo. Isso lhes permitiu fortalecer a Agroecologia sem criar uma carga de trabalho adicional para as mulheres, assim como garantiu que tanto os homens como as mulheres e crianças usufríssem dos resultados gerados pela agricultura.

A maioria das famílias identificou as mudanças climáticas, mais tangíveis na forma de secas prolongadas e chuvas intensas, como seu maior obstáculo. Buscando soluções, as comunidades desenvolveram mapas de riscos, trajetórias almeçadas por suas comunidades e planos de ação definindo as soluções adequadas.

Por exemplo, as famílias elaboraram e apresentaram sua *Visão de Trajeto*, esquema que ilustrava as estratégias e a trajetória que deveriam percorrer para chegar a produzir e vender mais vegetais durante a estação seca. Elas identificaram a irrigação, a fabricação de compostagem e a secagem solar como as práticas adequadas e necessárias para ajudar a avançar na rota traçada. Outras famílias utilizaram uma *Árvore de Desafios*, por meio da qual identificaram o desmatamento como a causa da seca que enfrentavam e para apontar a agrofloresta como uma solução apropriada. No distrito de Kalaki, por exemplo, elas começaram a plantar árvores, restaurar pântanos e abrir caminhos para o gado. As ferramentas dos Gals ajudaram essas famílias a desenvolver um novo equilíbrio na divisão da responsabilidade por esse trabalho entre homens e mulheres.

**Transformando os papéis dentro da família** Essa experiência motivou os agricultores e agricultoras a adotar a Agroecologia como enfoque para a construção de soluções para o alcance de suas visões de futuro. O fortalecimento das práticas agroecológicas proporcionou a diversificação produtiva e maiores rendimentos, o que melhorou a alimentação das famílias. Também há indícios de maior resiliência, como o fato de que menos famílias estão vendendo seus recursos produtivos em tempos difíceis ou de crise.

Estamos agora testemunhando relações mais justas dentro das famílias. Em muitas delas, as atividades agrí-

<sup>1</sup> Agricultores ou agricultoras que detêm larga experiência, dominam conhecimento e habilidades específicas e se dispõem a transmitir seus saberes para outros agricultores e agricultoras (Nota do editor).

colas e domésticas são realizadas por todos os membros da família. Desafiando as normas culturais preexistentes, as mulheres agora também possuem animais, como cabras e ovelhas. Isso levou a uma economia familiar mais justa: os homens participam das tarefas domésticas e do trabalho agrícola, e a tomada de decisões é compartilhada, o que antes não acontecia. Vários homens começaram a assumir tarefas domésticas, como cozinhar, buscar água e dar banho nas crianças, entre outras. Eles se tornaram em geral mais receptivos e solidários com as necessidades de suas esposas. Tudo isso ajudou a reduzir a carga de trabalho das mulheres.

Há mais reconhecimento da importância da seleção de sementes feita pelas mulheres: não apenas pelo rendimento e potencial de comercialização, mas também pelas qualidades de sabor e segurança alimentar doméstica que proporciona. Além disso, a metodologia dos Gals ajudou as mulheres a selecionar sementes que são mais resilientes às mudanças climáticas. Homens e mulheres procuram agora uma diversidade de sementes de qualidade para atender a suas necessidades.

Isso não quer dizer que foi fácil chegar até aqui. Uma grande dificuldade com os Gals é a lentidão do processo de mudança de atitudes e comportamentos das pessoas.

Além disso, percebemos que geralmente é mais fácil para as mulheres participar dos espaços de diálogo e reflexão proporcionados pelo método do que para os homens.

**Fatores de sucesso** Ao refletir sobre nossa experiência, podemos identificar vários fatores de sucesso. Em primeiro lugar, vimos que as metodologias dos Gals ajudam as famílias a participar de espaços coletivos de reflexão por meio da definição de rotas para alcançar um objetivo final.

Outra razão para o êxito dos Gals é que são conduzidos pelas pessoas diretamente envolvidas. A abordagem metodológica estimula que as pessoas analisem seus desafios e busquem soluções a partir de suas próprias perspectivas. Isso torna o método fundamentalmente diferente das abordagens impostas de cima para baixo. Da mesma forma, a disseminação dessas ferramentas por meio de esquemas de aprendizagem de agricultor a agricultor com o apoio de pessoas de referência (por exemplo, os *campeões* ou *campeãs* dos Gals) aumenta a apropriação e a sua continuidade.

Outro fator crucial para o sucesso dessa experiência é que os Gals são culturalmente adaptados. A metodologia não abre espaço para a confrontação nem julgamentos sobre as práticas culturais locais. Além disso, é baseada em esquemas ou desenhos ilustrativos relativamente simples que não exigem nenhum nível de alfabetização. Isso ajudou as pessoas a se sentirem seguras para se expressar. Embora muitos inicialmente não acreditassem que *alguns diagramas e imagens simples* poderiam alavancar um processo de transformação, a confiança na metodologia cresceu e mais pessoas assumiram papéis de liderança.

Uma lição importante que está emergindo com a pandemia da Covid-19 é a de que o sistema alimentar atual é extremamente vulnerável, evidenciando a necessidade de um sistema socialmente justo, localizado e mais resiliente. A integração das metodologias dos Gals e com a perspectiva agroecológica oferece um sopro de esperança para uma transformação de baixo para cima, inclusiva e conduzida pelas bases. Um processo que permite abordar de forma holística e sistemática os desafios profundamente enraizados que agravam a pobreza, a vulnerabilidade e a desigualdade em muitas comunidades ao redor do mundo, especialmente na África Subsaariana. Disseminar e fortalecer a Agroecologia com a integração dos Gals contribuirá para a nossa recuperação da crise da Covid-19, bem como aumentará nossa resiliência em tempos de incertezas que podem emergir no futuro.

**Joshua Aijuka e Robert Guloba** trabalham na Associação de Manejo Participativo Ecológico da Terra (Pelum, tradução livre, sigla em inglês) em Uganda, uma rede regional que integra mais de 220 organizações da sociedade civil em 10 países da África Oriental, Central e Austral.

**Denis Okello e Mary Baganizi** trabalham na Trocaire Uganda, Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Irlanda [ian.dolan@trocaire.org](mailto:ian.dolan@trocaire.org)

## Ferramentas para reflexão

Os sistemas de aprendizagem de ação em gênero (Gals) fazem uso de ferramentas metodológicas e figuras simples por meio das quais as comunidades podem analisar de maneira mais ampla as questões de gênero e socioeconômicas que afetam seus meios de subsistência para então elaborar suas próprias estratégias em busca de soluções.

Dentre as várias ferramentas dos Gals, a que fez mais sucesso foi a *Visão de Trajeto*.<sup>1</sup> Com a ajuda dela, homens e mulheres podem imaginar um futuro melhor e identificar maneiras de alcançá-lo. A ferramenta pode ser utilizada por analfabetos e semianalfabetos, pois consiste em figuras esquemáticas e fotos. Homens e mulheres são orientados a pensar sobre seu passado, sua situação atual e como suas vidas serão após um determinado período de tempo. Em seguida, projetam uma rota que conduza à mudança e avaliam possíveis riscos e oportunidades.

Outra ferramenta popular é a *Árvore de Equilíbrio de Gênero*, usada para tornar visíveis os papéis que homens, mulheres e crianças desempenham dentro de uma família: quem faz o quê, quem decide o quê, quem gasta mais e com o quê e quem se beneficia mais com a renda familiar. A ferramenta também mostra as desigualdades na apropriação de recursos e na tomada de decisões dentro de um estabelecimento agrícola. Ela tem ajudado homens e mulheres a identificar as desigualdades existentes e a tomar medidas para lidar com elas, assim como a tomar decisões conjuntas e parar de gastar com coisas que não beneficiam a família.

Outras ferramentas dos Gals incluem a *Rota de Múltiplas Vias*, a *Árvore de Desafios*, o *Mapa de Capacitação* e o *Diamante da Justiça de Gênero*.

<sup>1</sup> Os documentos acessados pelos seguintes links apresentam (em inglês) algumas das ferramentas metodológicas citadas (Nota do editor): [https://www.oxfamnovib.nl/Redactie/Downloads/English/publications/150115\\_Practical%20guide%20GALS%20summary%20Phase%201-2%20lr.pdf](https://www.oxfamnovib.nl/Redactie/Downloads/English/publications/150115_Practical%20guide%20GALS%20summary%20Phase%201-2%20lr.pdf)  
[https://gamechangenetwork.org/wp-content/uploads/2016/09/GALS@Scale\\_1\\_2\\_VisionJourney.pdf](https://gamechangenetwork.org/wp-content/uploads/2016/09/GALS@Scale_1_2_VisionJourney.pdf)

O vírus da Covid-19 abalou as convicções de muitas pessoas que pensavam que a comida processada e globalizada é segura e confiável. Essas pessoas não sabem mais em que pensar. Algumas passaram a plantar hortas e a *comprar localmente*, práticas que são importantes para a soberania alimentar local. No entanto, em toda a Europa e América do Norte, muitas dessas iniciativas continuam baseadas em um paradigma neoliberal de mercado. Precisamos desesperadamente focar nossa ação em eliminar o poder corporativo dos sistemas alimentares e apoiar mudanças sistêmicas de longo prazo.

Iniciativas de abastecimento alimentar locais são cruciais para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Elas apoiam economias e governança locais, colocam consumidores em contato com produtores e com o ambiente natural, revitalizam o sentimento de comunidade, deixam claras as origens dos alimentos, evitam a produção de alimentos ultraprocessados e os monopólios das redes de supermercados. Hortas caseiras também podem fornecer alimentos saudáveis e acessíveis, oportunidades para aprender e conectar as pessoas com a natureza e a comida. Porém, as iniciativas alimentares locais e as hortas contribuiriam mais a fundo na promoção de mudanças sociais se também enfrentassem desigualdades estruturais e a exclusão social.

Em primeiro lugar, porque nem todo mundo tem acesso à comida, muito menos comida saudável, produzida localmente e de forma sustentável. E nem todos têm terra, know-how ou tempo para fazer hortas. Iniciativas individuais de horticultura teriam mais impacto se fossem conjugadas a esforços coletivos para garantir o acesso à terra, capacitar pessoas ou construir novos sistemas de intercâmbio local, por exemplo, para aqueles que não têm tempo para cultivar ou dinheiro para comprar produtos locais saudáveis.

Em segundo lugar, embora comunidades fortes sejam importantes para o desenvolvimento de sistemas alimentares territorializados, elas podem se consolidar como espaços fechados, gerando o risco de promover novas formas de exclusão e conflito. É preciso haver um trabalho direcionado para a construção de redes baseadas em solidariedade que favoreçam a aliança com pessoas de outras comunidades ou de diferentes origens.

Em terceiro lugar, as iniciativas locais muitas vezes são despolitizadas, ao focar exclusivamente no aspecto técnico dos sistemas de produção alimentar. Porém, cidadãos e cidadãs também podem se mobilizar para influenciar a governança dos sistemas alimentares, trabalhando em parceria com governos (locais), enfrentando desigualdades estruturais em iniciativas alimentares (por exemplo, antirracismo), ou engajando-se em mobilizações que desafiem políticas e práticas de produção, processamento e distribuição de alimentos impostas pelas corporações do agronegócio.

Em quarto lugar, essas iniciativas locais nos países do Norte global em geral não conseguem enfrentar a relação colonizada estabelecida entre corporações, consumidores, grupos de elite e governos com os produtores de alimentos e comunidades dos países Sul global. A única maneira de derrubar esse modelo é por meio de processos de aprendizagem coletiva e global e pela ação transnacional capazes de revelar e desconstruir essas relações colonialistas que estruturam os sistemas alimentares dominantes.

Nadando contra a corrente, os movimentos sociais no Norte global estão ampliando as dimensões políticas das iniciativas alimentares locais. Estão promovendo modelos econômicos baseados na economia feminista e no decrescimento que vão muito além da lógica econômica capitalista focada exclusivamente no lucro. Precisamos continuar a mudar o foco de nossos esforços: do individual

para coletivo; do excludente para o inclusivo; do técnico para o político. Só assim será possível destruir o poder das corporações do agronegócio. Esse trabalho é fundamental para a construção de um sistema alimentar mais empático, sustentável e justo.

**Colin Anderson, Jessica Milgroom e Michel Pimbert** trabalham no Centro de Agroecologia, Água e Resiliência da Universidade de Coventry, Reino Unido, onde fazem parte do grupo Agroecology Now. Jessica também é cofundadora da Cultivate!.  
colin.anderson@coventry.ac.uk



## Mudando o foco: da comida local a sistemas alimentares justos

# Plantando Agroecologia e colhendo libertação das mulheres camponesas

Mulheres camponesas da Bahia se organizaram em um movimento pelo *Feminismo Camponês Popular*, que busca fortalecer práticas agrícolas que aumentam sua autonomia econômica. Também conseguiram fazer pressão e garantir a criação de políticas públicas que atendem suas demandas e reconhecem seu trabalho. Essa experiência demonstra como as mulheres podem impulsionar processos político-organizativos e, assim, serem protagonistas na construção de soluções para seus desafios comuns.

Cleidineide Pereira de Jesus,  
Deborah Murielle Santos,  
Iridiani Graciele Seibert e Michela Calaça

A sociedade brasileira é regida por relações sociais patriarcais, racistas e capitalistas que subordinam as mulheres a uma condição de inferioridade, especialmente as mulheres do campo, das florestas e das águas. A situação é ainda mais crítica para as mulheres negras, que também têm que lutar contra o legado da escravidão e das desigualdades raciais.

Ao se unirem para refletir sobre suas realidades e se engajar em ações coletivas, as mulheres negras no Brasil estão desafiando os sistemas que as exploram enquanto constroem alternativas com base na Agroecologia. A luta pela autonomia econômica e por políticas públicas que atendam suas demandas é um exemplo do que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do estado da Bahia chama de *Feminismo Popular Camponês*.

**Lutando pelos direitos das mulheres** A Bahia é o maior estado do Nordeste do Brasil. É predominantemente negro, sendo morada de diversas culturas. Também tem longa história de luta pela libertação da escravidão, contra o racismo e em defesa do campesinato, sendo o estado que abriga o maior número de famílias camponesas do Brasil.

Até a Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro não reconhecia as mulheres camponesas como trabalhadoras rurais, colocando-as em uma situação de completa exclusão, tanto social quanto política. Além de não terem acesso a direitos trabalhistas formais, as mulheres camponesas sequer tinham autorização para se filiarem aos sindicatos de trabalhadores rurais, o que lhes negava um espaço para articular e apresentar suas demandas.

Para mudar esse quadro de discriminação e exclusão, as mulheres camponesas travaram uma árdua luta por direitos. A partir de 1982, mulheres de toda

a Bahia passaram a se reunir para refletir sobre suas vivências. Também começaram a formular propostas para melhorar sua situação e fortalecer suas práticas agroecológicas, vistas como o caminho para alcançar maior autonomia e independência. Aos poucos, elas foram se articulando com outros movimentos que surgiam em todo o país. Em 2004, foi fundado o Movimento Nacional de Mulheres Camponesas (MMC), com representação em outros 16 estados brasileiros. Na Bahia, o MMC já está presente em 30 municípios.

O MMC travou uma luta incansável pelo reconhecimento das camponesas como trabalhadoras rurais, bem como pelo seu direito à previdência social e outras políticas públicas. Essas demandas foram finalmente acolhidas pela Constituição Federal promulgada em 1988. Embora tenha sido uma grande vitória, a batalha não acabou, já que muitos desses direitos conquistados sempre estiveram sob risco de serem desmantelados. Além disso, as mulheres continuaram excluídas de políticas importantes para a agricultura familiar. Por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em 1995, que, entre outras coisas, confere crédito a agricultores familiares, não previa uma linha voltada especificamente para as mulheres.

Desde 2007, o MMC realiza uma campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis que faz parte do seu projeto de promoção da agricultura cam-

ponesa agroecológica e feminista. As experiências das mulheres camponesas, que desafiam o agronegócio e o patriarcado, foram o ponto de partida. A iniciativa denuncia os efeitos negativos do agronegócio sobre o meio ambiente e propõe a construção da soberania alimentar como enfoque político para a estruturação de sistemas alimentares no país. A pedra angular da campanha é a valorização do trabalho das mulheres na produção de alimentos, assim como o reconhecimento de seus direitos como cidadãs e seu protagonismo na construção da Agroecologia.

## A (re)descoberta do quintal

Como parte dessa campanha nacional, as mulheres da Bahia realizam diversos intercâmbios e programas de capacitação/formação em Agroecologia, feminismo e políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa. Esse processo de troca de conhecimento permite que as mulheres adotem e adaptem práticas agroecológicas a suas realidades. Ao mesmo tempo, ao refletirem e analisarem suas vidas cotidianas, despertam para as injustiças causadas pelo patriarcado, capitalismo e racismo.

Por exemplo, a partir de suas reflexões e ações, as camponesas perceberam que parte significativa da produção da família vinha dos quintais. Embora os quintais tenham historicamente desempenhado o papel de assegurar parte importante da alimen-

**Quintal como espaço estratégico para a reprodução econômica da agricultura camponesa, Riacho de Santana (BA).** Foto: Henrique Sousa Silva



tação das famílias camponesas, a sociedade não os valoriza porque estão sob o domínio das mulheres. No entanto, por meio de suas conversas e de seu trabalho coletivo, as mulheres se conscientizaram de que seus quintais não são apenas espaços em que podem produzir alimentos saudáveis, mas também onde podem manter e disseminar conhecimentos e práticas culturais e ancestrais.

Além de abrigar uma grande diversidade produtiva - árvores frutíferas, plantas medicinais, flores e pequenos animais -, o quintal é um local onde as pessoas conversam e as crianças brincam. Assim, os quintais foram o ponto de partida para as mulheres se organizarem politicamente (entendendo como mudar sua realidade), produtivamente (por meio das práticas agroecológicas) e economicamente (criando mercados), alavancando, portanto, o papel, a renda e a autonomia das mulheres.

### Fortalecimento dos sistemas de produção das camponesas

Embora as camponesas na Bahia fossem bem organizadas politicamente, tendo iniciado seus processos de articulação ainda em 1982, tinham consciência de que precisavam dar novos passos no sentido de gerar sua própria renda e aumentar sua autonomia econômica. Diante desse desafio, 25 grupos que reúnem mais de 800 mulheres camponesas se uniram para fortalecer seus sistemas de produção e para construir mercados para seus produtos. Juntas, as mulheres começaram a aprimorar suas práticas agroecológicas e a comercializar seus próprios produtos.

Um elemento fundamental para a produção agroecológica no semiárido brasileiro são as infraestruturas para captação e armazenamento de água de chuvas. O acesso a elas foi ampliado a partir de 2003 por meio do Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semiárido (PIMC) e do Programa Uma

Terra e Duas Águas (P1+2), ambos implementados pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). As cisternas de placa e demais infraestruturas implementadas por meio desses programas tornaram-se um ponto de inflexão na vida de milhares de famílias camponesas. Além de tornarem a vida mais fácil, principalmente para as mulheres, tradicionalmente as responsáveis por buscar água para o consumo de suas famílias, as reservas de água de qualidade ao lado das casas possibilitaram o aumento da produção de alimentos saudáveis.

Com essas transformações, as mulheres viram sua vida melhorar. No quintal, produzem diversos produtos, como abóbora, cana-de-açúcar, vários tipos de feijão, tomate, alface, cominho, cenoura, batata-doce, quiabo, cebola, melancia, manga, goiaba, banana e beterraba. Também cultivam uma imensa variedade de plantas medicinais e plantas forrageiras, incluindo sorgo, capim e palma. A situação econômica melhorou com o aumento da venda dos alimentos cultivados por elas mesmas, sempre assegurando a prioridade para a produção destinada ao consumo de suas próprias famílias. Assim, as cisternas proporcionaram uma maior autonomia econômica para as mulheres e uma alimentação mais

## Organizações camponesas fortes são necessárias para a luta contra os retrocessos e pela reconquista de políticas públicas

saudável para as famílias e comunidades.

Com a campanha nacional deflagrada em 2007, os grupos de mulheres foram se formalizando. Em alguns municípios, o processamento dos alimentos foi transferido das cozinhas das casas para locais mais estruturados. Também foram adquiridos equipamentos profissionais para a produção em escalas maiores. Com isso, além dos produtos *in natura*, as mulheres passaram a vender cada vez mais doces, bolos, biscoitos, beijú (tapioca) e pratos típicos do semiárido brasileiro.

É importante ressaltar que, ao organizar a produção e a distribuição de forma mais solidária, as mulheres puderam acessar mercados institucionais. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), elas passaram a vender para escolas, hospitais

Produção de açúcar mascavo na Comunidade Santaninha, Riacho de Santana (BA).

Foto: Déborah Murielle S. Santos



e outras instituições públicas. Isso as ajudou a tomar suas próprias decisões e a ter consciência sobre o que produzem e para quem produzem. Com isso, ficaram muito felizes ao saber que seus produtos alimentavam as crianças da cidade.

O processo de organização do movimento, de capacitação/formação de suas integrantes e o desenvolvimento de habilidades na produção e na comercialização aumentaram a confiança das mulheres na geração de renda de seus próprios quintais. Dessa forma, as camponesas construíram uma práxis agroecológica feminista que busca o diálogo entre diferentes formas de conhecer e transformar a realidade, tomando como referência a reflexão crítica sobre experiências concretas.

### **Conquistas do MMC: diversidade, autonomia e libertação da violência**

As experiências promovidas pelos processos organizativos e a valorização do trabalho das mulheres camponesas foram fundamentais para elevar os níveis de autonomia delas. Isso se reflete, entre outros, no aumento dos quintais e na diversidade produtiva neles encontrada. A ampliação dos grupos de mulheres e o incremento da capacidade produtiva dos quintais contribuíram para aumentar os níveis de soberania alimentar, a começar por suas próprias casas.

Esses desdobramentos também serviram para reconfigurar as relações familiares: as mulheres passaram a ser mais valorizadas e respeitadas por seus próprios parceiros, filhos e por si mesmas. Para muitas, foi a primeira vez que ganharam seu próprio dinheiro e se sentiram capazes de decidir como gastá-lo. Com o aumento da renda, melhoraram suas condições de trabalho doméstico. Por exemplo, a compra de eletrodomésticos, como uma máquina de lavar, contribuiu para aumentar o tempo livre para o lazer e a participação política. Muitas também voltaram à escola para terminar os estudos; algumas passaram a assumir cargos públicos e a ocupar lugar de destaque em universidades. Essas mudanças permitiram que as camponesas enfrentassem ou se distanciassem de situações de violência doméstica e se articularsem para apoiar outras vítimas.

Ao se organizarem politicamente no Movimento das Mulheres Camponesas, os grupos de mulheres na Bahia deixaram de ser experiências isoladas e passaram a se conectar nos diferentes âmbitos: comunitário, municipal, estadual, nacional e internacional. Assim, tornaram-se agentes de mudança que motivam (e são motivadas por) outras mulheres em diferentes partes do país.

Para as camponesas, os quintais são *pequenas* experiências que se expandem e servem de exemplo, sobretudo quando se unem a outras para a construção

da soberania alimentar e a transformação dos sistemas produtivos como um todo.

**Lições aprendidas** A experiência do MMC mostra que políticas públicas, como as que estabelecem mercados institucionais, são importantes para que as camponesas contribuam para a construção da soberania alimentar, o combate à fome e o acesso universal à alimentação saudável. Ao se engajarem em processos organizacionais e políticos, as mulheres tornaram-se protagonistas de soluções para seus próprios problemas e foram determinantes para o desenvolvimento de políticas que reconhecem o seu trabalho e contribuem para o aumento de sua autonomia.

No entanto, a experiência também mostra que as políticas e programas públicos são vulneráveis a mudanças políticas. Desde o golpe de 2016, as políticas públicas no Brasil, principalmente as de apoio aos mais pobres, estão sendo desmanteladas. Isso reflete a conjunção de crises (econômica, ambiental, política e social) que levaram à eleição de um governo de extrema direita, neofascista e ultraliberal.

Logo no início da crise da Covid-19, várias organizações dos povos do campo, das florestas e das águas elaboraram uma lei para fortalecer a produção e a distribuição de alimentos saudáveis para combater o retorno da fome, agravada com a pandemia. A Lei Assis de Carvalho (Lei 14.048) foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal por ampla maioria. Mas o presidente da República a dilacerou, vetando praticamente todas as propostas voltadas a atenuar o problema da fome.

Isso mostra a importância de organizações camponesas fortes, portadoras de agenda política propositiva, que lutem contra retrocessos e defendam políticas públicas concretas orientadas a melhorar a vida no campo e nas cidades.

Em suma, a experiência ressalta que a Agroecologia não é apenas uma técnica ou modo de produção de alimentos, mas também uma forma de engajamento político. Uma Agroecologia que não incorpore as pautas feministas, antirracistas e do campesinato corre o risco de ser cooptada e corroída pelos próprios poderes que quer desafiar. A maior lição que aprendemos com as mulheres do MMC é que sem a organização política das camponesas não haverá Agroecologia.

Cleideide Pereira de Jesus e Deborah Murielle Santos  
agroecologistas do Instituto Latino-Americano de Agroecologia  
Iridiani Graciele Seibert  
agroecologista do Instituto Universitário de Agroecologia Paulo Freire

Michela Calaça  
agrônoma da Universidade Federal Rural do Semiárido.  
Todas as autoras são militantes do Movimento de Mulheres Camponesas  
cleyddh16@gmail.com



# Mulheres promovem Agroecologia e geram resiliência na região do Sahel

A crise sanitária da Covid-19 exacerbou outras crises na região do Sahel, na África. Pouco antes do início da pandemia, uma abordagem inovadora para aumentar a resiliência de comunidades rurais por meio da Agroecologia estava começando a dar frutos em Burkina Faso, Gana, Mali e Senegal. No centro dessa estratégia estão as mulheres, pioneiras em práticas agroecológicas orientadas a fortalecer os níveis de segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades. A partir dessas iniciativas, homens e mulheres passaram a estabelecer novas relações, com maior paridade econômica e de poder, uma condição para a construção de maior resiliência da agricultura camponesa.

Tsuamba Bourgou e Peter Gubbels

**B**urkina Faso e outros países do Sahel enfrentam uma série de crises combinadas. Mais de 12 milhões de pequenos agricultores e suas famílias nas áreas secas da região estão cronicamente vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional. Isso se deve a uma conjunção de fatores tais como a degradação de ecossistemas frágeis, o crescimento populacional e a baixa capacidade de adaptação dos sistemas produtivos locais a extremos climáticos, como grandes períodos de seca. Diante dessa situação, um número crescente de famílias toma medidas desesperadas. Vendem suas colheitas para pagar empréstimos contraídos com agiotas, consomem seus estoques de sementes, reduzem o número de refeições diárias ou vendem partes de seus patrimônios. Todas essas medidas as torna ainda mais vulneráveis.

Além disso, milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas para escapar da violência extrema imposta por grupos armados, como os jihadistas. Com isso, passam a viver em circunstâncias terríveis, muitas vezes sem um teto para morar, enfrentando a escassez de água, alimentos e cuidados médicos. A pandemia da Covid-19 agrava a crise, principalmente para as mulheres. Depois de ataques terroristas, muitos serviços rurais, como escolas, hospitais e delegacias de polícia, foram fechados, serviços extremamente necessários durante a pandemia. O fechamento forçado de mercados e a imposição de isolamento social também tiveram forte impacto nas comunidades rurais.

Nas regiões onde trabalhamos, essas restrições prejudicaram as atividades de geração de renda para as mulheres, como a venda de hortigranjeiros e produtos artesanais ou a manutenção de pequenos negócios. Também afetou a capacidade dos grupos de mulheres de realizar atividades coletivas, como a produção vegetal para a venda na estação seca (fevereiro a maio), a continuidade de seus grupos de poupança coletiva e crédito solidário e a participação em capacitações e outros espaços de formação.

## **A Agroecologia como resposta**

Antes da pandemia da Covid-19, um número crescente de mulheres no Sahel já havia começado a experimentar práticas agroecológicas, incluindo técnicas de conservação do solo e da água, sistemas agroflorestais, consorciamento com leguminosas, uso de sementes locais de ciclo curto e produção de vegetais na estação seca. Elas se interessaram nessas práticas porque reconheceram nelas potencial para aumentar a fertilidade do solo, a produtividade dos cultivos, a conservação dos recursos naturais e, como consequência, a melhoria na alimentação e das rendas de suas famílias, bem como a diminuição de riscos aos extremos climáticos.

Em Burkina Faso, mulheres de mais de 80 comunidades na região Leste, perto de Fada N'Gourma,

começaram a fazer uso dessas práticas com o apoio de uma ONG local chamada *Associação Nutrir sem Destruir* (ANSD, na sigla em inglês) e da rede Groundswell Africa do Oeste. Elas aprofundaram seus conhecimentos sobre práticas agroecológicas que atendiam às suas necessidades, como proteção de arbustos e plantio na estação seca, o que lhes proporcionava alimentos saudáveis durante todo o ano.

Como explica a Sra. Bilana Ouoba, entre 60 e 70 anos, habitante da aldeia Kokouougou, isso implicou superar alguns obstáculos culturais:

*Na nossa forma tradicional de agricultura, sempre existiu a visão de que é preciso ser louco para deixar as árvores sufocarem os cultivos. Então, eu costumava cortar todas as árvores e arbustos e até varrer todos os galhos e colocar fogo em tudo. Quando ouvimos falar sobre uma estratégia de agricultura que permite que as árvores cresçam [Manejo Camponês da Regeneração Natural, em tradução livre], isso causou muita controvérsia em nossa comunidade. Mas comecei a fazer alguns testes e proteger pequenas árvores que cresciam no meu terreno. Também melhorei o solo. Agora colho as vagens das árvores *piliostigma*. Tornou-se uma importante fonte de renda e alimentação saudável para mim. Hoje, essa é uma prática comum entre as mulheres da aldeia.*

As mulheres também passaram a participar de grupos comunitários de poupança e crédito solidário. Isso não apenas permitiu que tivessem acesso a recursos vitais, mas também reforçou sua liderança, solidariedade e autoconfiança. Além disso, as mulheres negociaram com os líderes das aldeias e com a administração do município para garantir o acesso à terra e à água para o plantio na estação seca. Os líderes da aldeia também concordaram em apoiar as mulheres das famílias mais pobres no acesso às sementes, por meio de um sistema popular de crédito baseado no armazenamento cooperativo de grãos (localmente conhecido como *garantia*) e fundos rotativos para a aquisição de aves, cabras ou ovelhas. Uma das muitas coisas que podemos aprender com essas mulheres é que melhorar os meios de vida requer não apenas conhecimento técnico e acesso a recursos produtivos, mas também fortalecimento das capacidades organizacionais e de liderança.

Isso ficou muito evidente no caso do Grupo de Mulheres Lanpugini da aldeia de Bassieri, em Burkina Faso, que reúne de 44 integrantes, das quais apenas duas são alfabetizadas. A principal atividade do grupo é a produção de vegetais para a venda. Mas desde 2011 também administram seu próprio fundo rotativo, com um mecanismo específico de solidariedade para mulheres em situações de urgência. Nos encontros semanais do grupo, as mulheres têm a oportunidade de falar e ouvir umas às outras, discutir suas preocupações (inclusive

sobre agricultura) e compartilhar outras ideias sobre como melhorar suas condições de vida.

Hoje se tornou algo comum que as mulheres dessa área se unam para captar e administrar fundos para a agricultura e a criação de animais. Depois de algum tempo, elas começaram a discutir as relações de gênero. A criação de seu próprio coletivo fortaleceu o espírito de liderança e as capacidades organizacionais das mulheres. Também lhes permitiu ter uma voz mais ativa na tomada de decisões - tanto dentro de suas famílias como na comunidade.

**Novas funções e responsabilidades** Essas experiências no Sahel são significativas porque homens e mulheres da região estão cada vez mais convencidos de que a participação das mulheres na promoção das práticas agroecológicas é essencial, no sentido da implementação de soluções criativas, sustentáveis e produtivas para melhorar as condições de vida das famílias. No entanto, o envolvimento das mulheres nessas iniciativas pode facilmente resultar em aumento considerável de suas já pesadas cargas de trabalho. As tarefas domésticas, o trabalho agrícola e o cuidado das crianças que elas tradicionalmente assumem são muitas vezes chamados de tripla jornada de trabalho. Além disso, apesar de seu protagonismo nessas iniciativas de inovação agroecológica, muitas mulheres permanecem economicamente marginalizadas e vulneráveis - às vezes assumindo cargas de trabalho ainda maiores. Embora a Agroecologia seja enaltecida por sua ênfase nos valores humanos e sociais, como dignidade, equidade, inclusão e justiça, ainda há muito a ser aprendido pelas assessorias nesse campo de atuação de forma que apoiem a construção de relações de poder mais equitativas dentro das famílias e das comunidades. Nesse sentido, esta experiência é inspiradora.

Tem se tornado cada vez mais comum os homens apoiarem suas esposas Foto: ANSD



### Transformando as relações de poder

Por vários anos, temos acompanhado comunidades em Burkina Faso, Gana, Mali e Senegal em seus esforços para combinar Agroecologia com equidade entre mulheres e homens. Enquanto as comunidades ensinavam umas às outras as práticas agroecológicas mais relevantes, buscavam reformar o sistema de governança comunitário e municipal, fortalecendo o papel das mulheres no processo, incluindo as das famílias mais vulneráveis.

Foram criados Comitês de Desenvolvimento da Comunidade em que mulheres figuravam como lideranças. Esses comitês orientam o planejamento, a implementação e o monitoramento das atividades de promoção da Agroecologia. Já no âmbito municipal, ou *Comuna*, o prefeito e os conselheiros eleitos, ao

## Três princípios

O caminho para a construção de relações (econômicas) mais equitativas entre homens e mulheres por meio da Agroecologia se baseia, segundo nossa experiência, no seguinte conjunto de princípios:

- **Participação de mulheres agricultoras como agentes de capacitação.** Isso promove o desenvolvimento do espírito de liderança das mulheres, que passam a ser referências em suas comunidades. As mulheres provam que são tão capazes e, às vezes, melhores que os homens para garantir a transmissão de conhecimentos a outras pessoas. Essas mulheres líderes ganham respeito, suas vozes vão se tornando mais fortes nos espaços de decisão e cada vez mais pessoas as escutam e as consultam, tanto no seio da família quanto em suas comunidades.
- **Uma combinação de estratégias pode fortalecer a capacidade das mulheres de gerar renda com a Agroecologia.** As lutas das mulheres por terra, as hortas comerciais e seus próprios sistemas solidários de crédito e poupança permitem que elas façam uma contribuição financeira e material substancial para as despesas domésticas, bem como para melhorar a segurança alimentar e nutricional. Isso, por sua vez, muda as relações (econômicas) dentro de suas famílias: as mulheres relatam que são consultadas com mais frequência por seus maridos na tomada de decisões, incluindo sobre a produção agrícola.
- **As mulheres devem estar envolvidas no planejamento e na tomada de decisões relacionadas à Agroecologia.** O envolvimento das mulheres na tomada de decisões, tanto dentro da família como na comunidade, melhora a sua mobilidade, assim como cria e reforça a nova norma em que as mulheres podem e devem participar nas reuniões, tanto dentro como fora das suas aldeias.



**Grupos de crédito de mulheres fomentam o protagonismo, a solidariedade e a autoconfiança.**  
Foto: Agrecol Afrique

observarem os benefícios da Agroecologia por meio de visitas de campo e discussões com os moradores, concordaram em incluir sua promoção em seus orçamentos e Planos de Desenvolvimento. Esses planos agora também preveem atividades específicas para fortalecer a participação das mulheres.

Essa série de iniciativas já está dando frutos. Por exemplo, tornou-se comum que os homens ajudem ou substituam suas esposas no plantio de canteiros e na rega das lavouras quando necessário, como em casos de doença ou gravidez. Outro indicador é que, em muitas comunidades, os homens contribuíram com seus próprios recursos para cercar os locais de hortas comerciais reservados às mulheres. Além disso, enquanto em famílias numerosas as avós costumam cuidar dos filhos quando as mulheres estão fora de casa trabalhando nos cultivos ou fazendo vendas, em famílias menores agora pode ser visto com mais frequência os homens assumirem essas tarefas de cuidado. Finalmente, em alguns casos, os homens mais velhos e as autoridades tradicionais das aldeias concordaram em conceder acesso seguro à terra para grupos de mulheres que se dedicam a hortas comerciais ou a plantios coletivos. Essas são mudanças socioculturais importantes para as famílias rurais no Sahel.

**Lições da experiência** Vimos que é essencial que as mulheres sejam capazes de abordar diretamente as relações de gênero e a divisão de recursos e responsabilidades dentro da família. É muito importante que as conquistas - em termos de autoconfiança, organização, solidariedade, liderança e ganhos econômicos por meio de seus grupos de

mulheres e atividades produtivas - não impliquem que as mulheres fiquem mais sobrecarregadas ou que o cuidado dos filhos seja comprometido. Como vimos, mudanças na divisão de funções e tarefas são necessárias e possíveis.

No contexto social e cultural do Sahel, os benefícios de curto prazo da Agroecologia para atender às necessidades específicas das mulheres podem eventualmente trazer mudanças mais amplas. Aumentos na renda, na segurança alimentar e nutricional, na autoconfiança, nas capacidades organizacionais e no bem-estar econômico lançam as bases para instigar mudanças nas relações de gênero e na posição das mulheres em suas famílias e comunidades com relação à tomada de decisão. É importante considerar que esse tipo de mudança pode enfrentar resistências. O processo pode ser acelerado por meio do apoio de organizações da sociedade civil, por exemplo, com a facilitação de diálogos e por meio da capacitação local. Percebemos que, como agentes externos, podemos desempenhar um papel de facilitador, mas no final são as próprias mulheres que devem conduzir essas negociações dentro de suas famílias e comunidades. Temos muita convicção de que essas experiências irão iluminar o caminho mais promissor para uma renegociação real e equitativa de papéis e responsabilidades entre homens e mulheres no contexto da Agroecologia no Sahel.

**Tsuamba Bourgou**, coordenador regional da Groundswell África Ocidental  
tbourgou@groundswellinternational.org

**Peter Gubbels**, diretor de pesquisa-ação e de incidência política da Groundswell International

# El Salvador

## Agricultura urbana para a sobrevivência

**E**m El Salvador, em tempos de luta pela sobrevivência, muitas pessoas vulneráveis optaram por alimentos baratos, ultraprocessados produzidos industrialmente, o que por sua vez aumentou a incidência de doenças crônicas, como diabetes, alergias e hipertensão. A pandemia da Covid-19 está agravando essa situação, principalmente para as pessoas que não têm emprego formal e que vivem de ganhos no dia a dia. As mulheres, por outro lado, estão cada vez mais apostando na agricultura urbana como estratégia para ter acesso a alimentos saudáveis e sem produtos químicos, assim como para sobreviver à pandemia. Embora a prática não seja nova, agora tem maior relevância e está se disseminando em quintais, em terrenos baldios e escolas. Muitas iniciativas estão sendo lideradas não apenas por mulheres, mas

também por outros grupos vulneráveis, como jovens, idosos e pessoas com deficiência. Esses grupos conseguiram sementes, arregaçaram as mangas e, com o esforço do próprio trabalho, estão plantando alimentos, seja em espaços horizontais ou verticais. Trata-se de um processo criativo de aprendizagem e experimentação. Fazem isso criando um ambiente verde, produzindo alimentos saudáveis, usando a água de forma consciente e, o mais importante, nutrindo a solidariedade e o trabalho em equipe. O movimento da agricultura urbana também negocia com as autoridades a liberação de parques e telhados para a produção de alimentos e a criação de espaços onde os produtos possam ser vendidos.

**Para mais informações, entre em contato com Emma Victoria Garcia Castellón do Centro Salvadorenho de Tecnologia Apropriada (Cesta): [cesta@cesta-foe.org.sv](mailto:cesta@cesta-foe.org.sv).**

# Nicarágua

## Agroecologia feminista e sustentável em ascensão

**T**odos os seres vivos estão interligados e são interdependentes. Devemos nos afastar da cultura patriarcal de dominação e controle dos corpos das mulheres e da natureza e avançar na construção de novas relações que cuidam e protegem a vida e que são caracterizadas pelo reconhecimento, apreço e respeito mútuo. Essa visão feminista marcou o início do trabalho realizado por organizações, comunidades e agricultores locais nos municípios de Belen, Mateare e Villa El Carmen na Nicarágua. A partir de 2014, eles se engajaram em um processo para identificar os problemas em suas comunidades e realizar seus sonhos. Estabeleceram uma rede de promotores agroecológicos, na qual homens e mulheres trabalham juntos para desenvolver práticas agroecológicas. Brigadas ecológicas comunitárias realizam trabalhos de reflorestamento, limpeza comunitária e atividades de conscientização sobre a importância do cuidado com o meio ambiente. Também estabeleceram bancos de sementes para preservar as variedades nativas e garantir sua disponibilidade aos produtores locais. Montaram ainda plataformas para discutir os diversos papéis dos homens

e das mulheres. Essas atividades, juntamente com outras iniciativas, têm favorecido a adoção de práticas agrícolas que melhoram os solos e o meio ambiente, além de contribuírem para o reconhecimento das experiências e dos conhecimentos das mulheres em relação à terra, à natureza e à restauração de florestas naturais. Também impulsionou uma participação mais ativa dos homens no trabalho doméstico e das mulheres nas atividades comunitárias e produtivas.

**Para mais informações e vídeos, visite [canteranicaragua.org](http://canteranicaragua.org) ou entre em contato com Anabel Torres ([anabeltorres27@gmail.com](mailto:anabeltorres27@gmail.com)).**



# Zimbábue

## Feiras (justas) de sementes crioulas

**N**o sul do Zimbábue, as mulheres assumiram a liderança na organização de feiras de sementes e alimentos, assim como na disseminação de conhecimentos sobre as sementes crioulas que se adaptam e resistem a diferentes condições climáticas. Períodos de seca no meio da estação de plantio e secas prolongadas tornam a insegurança alimentar um desafio cada vez maior no Zimbábue. Para lidar com essa situação, a partir de 2017, mulheres agricultoras começaram a manejar variedades de sementes crioulas que têm a capacidade de resistir e se restabelecer após eventos climáticos extremos como as secas. Entre essas variedades, estão os pequenos grãos, como *rapoko*<sup>1</sup>, sorgo e milheto, bem como legumes e tubérculos. As mulheres também começaram a organizar feiras de sementes: um sistema coletivo de conservação, partilha e recuperação de variedades tradicionais que compõem a identidade cultural das comunidades. Ao levar variedades tradicionais para as feiras, as camponesas possibilitam que outros agricultores que não conheciam, ou que perderam o conhecimento sobre elas, aprendam sobre os processos de produção, seleção, armazenamento

<sup>1</sup> Conhecido como milheto dedo (millet finger) ou capim-pé-de-galinha (Eleusine coracana)



e cozimento daquela planta. Por meio da partilha e do intercâmbio de sementes, muitas famílias acabam adquirindo uma grande diversidade de sementes ao final da feira. Essas variedades e sua diversidade, em combinação com as práticas agroecológicas de manejo da água e do solo, provaram seu valor tendo resistido às enchentes provocadas pelo ciclone Idai e à seca ocasionada pelo El Niño em 2019. Essas demonstrações de resiliência a extremos climáticos também contribuem para o reconhecimento do papel das mulheres, que agora ocupam posições de influência em vários comitês agricultores.

**Para mais informações, entre em contato com Edward Makoni, da Trócaire ([edward.makoni@trocaire.org](mailto:edward.makoni@trocaire.org))**

# Europa Oriental

## Mulheres camponesas construindo redes de Agroecologia

**N**o Leste Europeu e na Ásia Central, as organizações camponesas estão fortalecendo a Agroecologia e os sistemas de sementes camponesas por meio de intercâmbios regionais, com ênfase no apoio à liderança das mulheres camponesas. Eco Ruralis (Romênia), Elkana (Geórgia), ADI (Quirguistão), Zher Ana Astana (Cazaquistão), Zan va Zamin (Tajiquistão) e Grandina Moldovei (República da Moldávia) se reuniram para compartilhar suas experiências e conhecimentos em capacitações agroecológicas, construção de movimentos e incidência política. Em colaboração com a Coordenação Europeia da Via Campesina (ECVC), FAO REU e Cultivate!, essas organizações se unem para aprender e inspirar umas

às outras. Assim, fortalecem a Agroecologia camponesa e as redes de diversidade de sementes na região da Europa Oriental e da Ásia Central, estabelecendo vínculos entre as organizações que se dedicam a essas questões e as redes existentes. Estimulam ainda a criação de redes entre as iniciativas e facilitam os processos de aprendizagem horizontal de agricultor a agricultor, com foco especial na inclusão de mulheres. A partir dessa parceria, está emergindo na Europa Oriental e na Ásia Central uma rede forte, resiliente e estruturada, capaz de incidir em arenas de formulação de políticas nacionais, regionais e internacionais voltadas a fortalecer sistemas alimentares baseados na Agroecologia e em sementes locais.

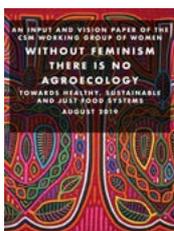
**Para mais informações, entre em contato com Olcay Bingöl, ECVC ([info@eurovia.org](mailto:info@eurovia.org)).**



### Lume: a method for the economic-ecological analysis of agroecosystems

Paulo Petersen, L. Silveira, G.B. Fernandes e S.G. Almeida, 2020. Coventry University

Existem poucas ferramentas disponíveis para estudar a economia dos agroecossistemas segundo a perspectiva agroecológica. Essa publicação apresenta o método Lume, desenvolvido pela AS-PTA. O método se propõe a dar visibilidade às relações econômicas, ecológicas e políticas que estão no cerne da gestão dos agroecossistemas. Com enfoque participativo, enfatiza o trabalho realizado pelas mulheres, geralmente ocultado ou mal representado na teoria econômica convencional. Em diferentes situações, provou-se ser uma abordagem metodológica de grande apoio à assessoria técnica a famílias e organizações da agricultura familiar e projetos de pesquisa acadêmica. Também tem sido aplicado com sucesso na concepção, no monitoramento e na avaliação de políticas e programas públicos para o desenvolvimento rural e agrícola. <https://www.coventry.ac.uk/globalassets/media/global/08-new-research-section/cawr/coventry-brazil-book-aw3.pdf>



### Without feminism there is no agroecology: Towards healthy sustainable and just food systems

Teresa Maisano (ed.), 2019. Mecanismo da Sociedade Civil (CSM) dos Povos Indígenas para o diálogo com o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da ONU

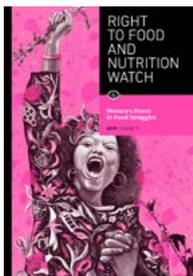
“Do ponto de vista feminista, a Agroecologia deve ser uma proposta política que reconheça e promova as práticas históricas e sociais das mulheres, desde a domesticação da agricultura e a produção de alimentos saudáveis até a erradicação da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição”. Esse é um dos pontos de partida da declaração elaborada em 2019 pelo Grupo de Trabalho Sobre Mulheres do CSM. O grupo conta com 190 organizações participantes, reunindo pescadoras, camponesas, pastoras, povos indígenas, consumidoras, trabalhadoras agrícolas, ativistas e mulheres sem-terra de todo o mundo. A publicação destaca a importância de uma abordagem feminista para a promoção da Agroecologia e a efetivação do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Argumenta que as relações de poder patriarcais, feudais e capitalistas, juntamente com a atual divisão sexual do trabalho e as políticas agrícolas que não levam em conta o gênero, estão entre as causas essenciais das desigualdades de gênero, da discriminação e da marginalização das mulheres, especialmente nas áreas rurais. Enfatiza o potencial da Agroecologia para desafiar essas dinâmicas de poder e garantir os direitos das mulheres na agricultura, enriquecer as perspectivas feministas e fortalecer ainda mais a vontade política de reformular papéis e responsabilidades de gênero. [http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2019/10/CSM-Agroecology-and-Feminism-September-2019\\_compressed.pdf](http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2019/10/CSM-Agroecology-and-Feminism-September-2019_compressed.pdf)



### Filme: Gather

Sanjay Rawal (diretor), 2020. Instituto de Desenvolvimento Primeiras Nações, 74 minutos.

Nos tempos ancestrais, florestas, planícies, desertos, o mar ou hortas comunitárias eram lugares importantes para as comunidades indígenas norte-americanas obterem seus alimentos. A lógica moderna de desenvolvimento destruiu essas fontes de alimento ou impediu o acesso dos povos indígenas a elas. No entanto, os povos indígenas continuam a retornar aos seus locais de origem, incluindo seus alimentos. *Gather* é um retrato intimista do movimento crescente, entre os nativos americanos, de reconquista de suas identidades espirituais, políticas e culturais por meio da soberania alimentar, enquanto lutam contra o trauma de séculos de genocídio. O filme acompanha Nephi Craig, uma chef da nação Apache Montanha Branca, no Arizona, abrindo um café indígena como um local de educação alimentar; Elsie Dubray, uma jovem cientista da nação Sioux do Rio Cheyenne, na Dakota do Sul, realizando estudos importantes sobre bisões; e a Guarda Ancestral, um grupo de ativistas ambientais da nação Yurok, do norte da Califórnia, tentando salvar o rio Klamath. O documentário tem como objetivo aumentar ainda mais a conscientização, a compreensão e a valorização das mulheres no movimento alimentar indígena norte-americano, o que, em última análise, fortalecerá o apoio a uma política ambiental mais eficaz para a sustentabilidade a longo prazo. <https://gather.film/>



## Right to food and nutrition watch: Women's Power in Food Struggles (Direito à alimentação e à vigilância nutricional: o poder das mulheres nas lutas pela alimentação, em português)

Alejandra Morena (ed.), 2019. Brot für die Welt & FIAN International

No contexto atual de crescente fome, insegurança alimentar e nutricional e colapso ecológico, as mulheres e todos aqueles que buscam ressignificar a alimentação, o meio ambiente e a economia enfrentam ataques cada vez maiores. Essa edição do *Direito à alimentação e à vigilância nutricional* (*Right to Food and Nutrition Watch*, em inglês) aborda questões-chave sobre poder, e expõe a violência estrutural que degrada tanto as mulheres quanto o meio ambiente. Essa edição é resultado de um processo de reflexão coletiva conduzido por mulheres do mundo inteiro. Destaca o poder da resistência individual e coletiva das mulheres para liderar o caminho para a construção de melhores relações sociais e ecológicas. Os cinco artigos refletem uma série de lutas, ativismos e análises das mulheres no que diz respeito ao direito à alimentação e à nutrição. Os artigos fazem referência ao ambiente político de avanço de ideias conservadoras, como o patriarcado e o sistema alimentar neoliberal impactam negativamente a autonomia das mulheres e o meio ambiente, e ao crescimento das lutas por sistemas alimentares justos e sustentáveis.

[https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rfn-watch11-2019\\_eng.pdf](https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rfn-watch11-2019_eng.pdf)



## Nourishing Life: Territories of life & food sovereignty (Nutrir a Vida: Territórios de vida e de soberania alimentar, em português)

Michel Pimbert e Grazia Borrini-Feyerabend, 2019. Universidade de Coventry e Centro de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (CENESTA, em inglês).

Esse dossiê enfoca as contribuições que os territórios governados, gerenciados e protegidos pelos povos indígenas e comunidades locais fazem pela soberania alimentar dos seus próprios povos e comunidades. A partir de oito casos inspiradores, mostra como esses guardiões da comunidade são bem organizados, capacitados e conscientes, além de possuírem um senso de identidade e orgulho. Eles possuem a capacidade de desenvolver sistemas alimentares locais e ricos em cultura que sustentam a saúde de suas comunidades e territórios. Para agregar visibilidade, força e reconhecimento a esses "territórios vivos" o documento defende processos participativos de compartilhamento de conhecimento e discute estratégias específicas para o desenvolvimento de práticas de cooperação. Oferece recomendações para organizações e redes da sociedade civil, para legisladores, formuladores de políticas e governos dispostos a deter os motores do desastre planetário; melhorar as forças positivas que promovem sistemas alimentares mais justos e sustentáveis; e a melhoria na conservação da diversidade biológica e cultural, bem como de comunidades mais capacitadas e saudáveis.

<https://www.coventry.ac.uk/globalassets/media/documents/research-documents/research-projects/consortium-policy-brief-6-territories-of-life-and-food-sovereignty.pdf>



ISSN: 1807-491X

Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia v.14, n.1

Revista Agriculturas: experiências em

Agroecologia é uma publicação da

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, um projeto editorial executado no âmbito da Rede AgriCulturas (Agri-Cultures Network)

[www.agriculturesnetwork.org](http://www.agriculturesnetwork.org)

A Rede AgriCulturas agradece ao SwedBio (<http://swed.bio/>)

e ao Sida ([www.sida.se/English/](http://www.sida.se/English/)) pelo apoio à produção desta edição especial.

A revista Agriculturas: experiências em Agroecologia é apoiada pelo Pão para o Mundo - Serviço Protestante para o Desenvolvimento

**Brot**  
für die Welt

### CONSELHO EDITORIAL

**Claudia Schmitt**

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

**Eugênio Ferrari**

Universidade Federal de Viçosa

**Ghislaine Duque**

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Patac

**Jean Marc von der Weid**

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

**Maria Emília Pacheco**

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - Fase - RJ

**Romier Sousa**

Instituto Técnico Federal - Campus Castanhal

**Silvio Gomes de Almeida**

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

**Tatiana Deane de Sá**

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

### EQUIPE EXECUTIVA

Editor - Paulo Petersen

Coordenação da edição - Paulo Petersen e Bruno Prado

Produção executiva - Adriana Galvão Freire

Editoras dos originais em inglês - Janneke Bruil e Jessica Milgroom, (Cultivate! [www.cultivatecollective.org](http://www.cultivatecollective.org))

Copidesque - Rosa L. Peralta

Revisão - Jair Guerra Labelle

Tradução - Rosa L. Peralta e Gláucia Cruz

Foto da capa - Association Nourrir Sans Détruire (ANSD)/ Groundswell International.

Projeto gráfico - Twinmedia bv, Culemborg (Holanda)

Diagramação - IGmais Comunicação Integrada

Tiragem - 1500 exemplares

**DEVEMOS ENTENDER  
A AGROECOLOGIA  
COMO PRODUÇÃO DE  
ALIMENTOS, COMO  
COEXISTÊNCIA,  
RECREAÇÃO, ARTE,  
SOLIDARIEDADE E  
COMUNIDADE.**

Diana Lilia Trevilla Espinal e Ivett Peña Azcona, página 24

**NÃO PODEMOS  
ASSUMIR QUE A  
SOBERANIA ALIMENTAR  
E A AGROECOLOGIA  
SÃO INTRINSECAMENTE  
FEMINISTAS.**

Marta Soler Montiel, Marta Rivera-Ferre e Irene García Rocés,  
página 7

**As mulheres africanas  
desafiaram a escravidão,  
o colonialismo, o  
apartheid e lutaram  
pela libertação - uma  
realidade desconhecida  
e ocultada.**

Mercia Andrews, Página 21

**ESTÁ FICANDO  
CLARO QUE  
O FUTURO É  
AGROECOLÓGICO.**

Leonida Odongo, página 32

**Uma Agroecologia que não incorpore  
as pautas feministas, antirracistas e do  
campesinato corre o risco de ser cooptada  
e corroída pelos próprios poderes que  
quer desafiar.**

Cleidineide Pereira de Jesus,  
Deborah Murielle Santos,  
Iridiani Graciele Seibert e Michela Calaça. Página 44